



**Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Tecnologia  
Curso de Arquitetura e Urbanismo**



**FABIANA GATTO DE ALMEIDA**

**PAISAGEM CULTURAL  
DA ESTRADA DA GRACIOSA:  
DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO  
DO TRECHO URBANO EM CURITIBA-PR**

**CURITIBA**

**2015**

FABIANA GATTO DE ALMEIDA

**PAISAGEM CULTURAL DA ESTRADA DA GRACIOSA:  
DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO DO TRECHO URBANO EM CURITIBA-PR**

Trabalho Final de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Pesquisa, do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

**ORIENTADORA:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Harumi Suzuki

CURITIBA

2015

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

*Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Juliana Harumi Suzuki*

*Examinador(a): Prof<sup>a</sup> Dra. Josilena Maria Zanello Gonçalves*

*Examinador(a): Prof<sup>o</sup> Sílvio Parucker*

*Monografia defendida e aprovada em:*

*Curitiba, 29 de Junho de 2015.*

## AGRADECIMENTOS

Através dessa mensagem, quero agradecer. Quero que saibam que a ajuda foi de grande valia. E quero que saibam que pessoas tão especiais como vocês estão sempre prontas para fortalecer um coração e uma mente que se imaginavam cansados, mas que foram capazes de coisas inimagináveis.

Primeiramente gostaria de agradecer meus pais que sempre estiveram presente, ainda que eu raramente os pudesse ver. O caminho pareceu difícil, e por vezes a desolação e a vontade de desistir quase se apossaram de mim, mas ao lembrar de suas faces preocupadas e de seu trabalho ao longo destes anos, de suas orações, de seu apoio incondicional para que meu sonho continuasse vivo, me deu vida nova para lutar. Mãe, quando você achou que eu não estava olhando, eu vi você pendurar meu primeiro desenho na porta da geladeira, e imediatamente, quis fazer outro desenho. A meu pai, que com respeito me viu crescer e deixou que tomasse decisões importantes, mas que sempre esteve ali quando eu parecia perdida. Eu aprendi com vocês uma das maiores lições de vida, que eu precisava ser uma pessoa boa e honesta quando crescesse.

As minhas irmãs, já passamos por cada situação, olhando para trás vejo que ainda estamos por aqui e que tudo que vivemos, foi para crescermos de alguma forma. Lembro das vezes que brigávamos e aquela parecia ser a pior briga de todos os tempos, mas cinco minutos depois já estávamos conversando de novo, como se nada tivesse acontecido. Obrigada por estarem sempre presentes. “Ter um irmão é ter, para sempre, uma infância lembrada com segurança em outro coração.”

Agradeço a minha orientadora, Juliana Harumi Suzuki, que abriu as portas e me acolheu em um projeto que poucos apostariam, obrigada por confiar em mim e embarcar nessa comigo. Obrigada pelo bom humor que sempre me impulsionava, mas especialmente obrigada, pelo ensinamentos e valores passados, por ter se tornado o exemplo de pessoa e professora que eu quero ser.

Aos meus amigos e namorado, que sempre estiveram presentes nos momentos de bipolaridade, entre a loucura e a sanidade; o choro e o riso. Vocês aguentaram momentos de ausência e eram minha dose diária de animação. Vocês são um presente na minha vida.

"[...] arquitetura é uma profissão perigosa porque é uma mistura venenosa de impotência e onipotência, no sentido de que o arquiteto quase sempre alimenta sonhos megalomaníacos que dependem de outras pessoas e de determinadas circunstâncias para se imporem e se concretizarem"

REM KOOLHAS

## RESUMO

ALMEIDA, Fabiana G. **Paisagem Cultural da Estrada da Graciosa: Diretrizes de Preservação do Trecho Urbano em Curitiba-PR**. 2015. 135 p. Monografia (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

Este trabalho explora a noção teórica e metodológica da preservação do patrimônio cultural de acordo com novas categorias de preservação, que em um segundo momento subsidiará o desenvolvimento de uma paisagem cultural na cidade de Curitiba, PR. Tem como objetivo pesquisar o patrimônio cultural curitibano, compreendendo a aplicação do conceito de paisagem cultural como ferramenta de preservação desse patrimônio. A metodologia aplicada foi de revisão bibliográfica, webgráfica e consulta ao acervo de órgãos de preservação do patrimônio sobre os conceitos fundamentais de preservação do patrimônio. Apresenta-se um panorama das intervenções em áreas com características similares de modo a subsidiar os procedimentos metodológicos adotados no trabalho. Em seguida analisa-se o patrimônio do trecho curitibano da Estrada da Graciosa dentro de seu contexto de desenvolvimento histórico a partir de unidades de paisagem. Por fim, apresentam-se diretrizes para o desenvolvimento de propostas práticas de intervenção.

**Palavras-chave:** Paisagem Cultural. Patrimônio Cultural. Estrada da Graciosa. Curitiba.

## ABSTRACT

ALMEIDA, Fabiana G. **Cultural Landscape of Graciosa Road: Preservation Guidelines Urban Section in Curitiba-PR.** 2015. 135 p. Monograph (Architecture and Urbanism) - Federal University of Paraná. Curitiba, 2015.

This research discusses theoretical and methodological aspects of preservation of cultural heritage according to new categories of preservation, which will serve as subsidies for development of preservation of the cultural landscape guidelines in the stretch belonging to the Graciosa Road in the city of Curitiba, PR. It aims to apply the concept of cultural landscape as traces of preservation tool this road in the city. The methodology includes literature review, webgrafic, refers to the heritage preservation of organ collection, field surveys in order to research on the fundamental concepts of heritage preservation and spoon object of study data. It presents an overview of interventions in areas with similar characteristics in order to subsidize the methodological procedures used at work. Then analyzes the heritage of the urban stretch of the Graciosa Road, approaching the historical development context, identifying the transformations undergone in landscape units. Finally, we present guidelines for the development of intervention practices proposals.

**Keywords:** Cultural Landscape. Cultural Heritage. Graciosa Road. Curitiba.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrada das Hortênsias.....	15
Figura 2 - Ponte sobre o Rio Taquari e Capivari Mirim. ....	15
Figura 3 - Mapa turístico da Estrada da Graciosa.....	16
Figura 4 - Parque Nacional da Tijuca, pedaço preservado da Mata Atlântica.....	30
Figura 5 - Recorte carioca inscrito na Lista do Patrimônio Mundial.....	31
Figura 6 - Jardim Botânico do Rio de Janeiro. ....	33
Figura 7 - Praia de Copacabana. ....	33
Figura 8 - Parque Natural de Sintra-Cascais.....	36
Figura 9 - Recorte português inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. ....	38
Figura 10 - Palácio e Parque da Pena. ....	39
Figura 11 - Palácio e Parque Monserrate.....	39
Figura 12 - Parque Nacional de Sintra, com o Palácio Real, a cima, e o Palácio dos Mouros, abaixo.....	39
Figura 13 - Restauro e reintegração das pinturas do interior do Chalet da Condessa d'Edla 2012. ....	41
Figura 14 - Estrada acompanhando o curso d'água, típico das estradas coloniais, e implantação do conjunto. ....	42
Figura 15 - Conjunto Urbano de Itaiópolis.....	43
Figura 16 - Delimitação dos perímetros de tombamento e entorno dos Conjuntos Rurais de Texto Alto e Rio da Luz, nos municípios de Pomerode e Jaraguá do Sul respectivamente. ....	45
Figura 17 - Igreja Santo Estanislau, em Itaiópolis. ....	47
Figura 18 - Casa de Pedra da Família Bratti, em Nova Veneza.....	47
Figura 19 - Casa Buba .....	48
Figura 20 - Casa Hardt, em Pomerode. ....	48
Figura 21 - Estrada da Graciosa em Diversas Fases. Fonte: Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá: até a emancipação da Província do Paraná. ....	57
Figura 22 - Simulação de Curitiba na Passagem para o Século XIX, um núcleo urbano em torno do Largo São Francis-co, entre os rios Ivo e Belém.....	58
Figura 23 - Planta de Curitiba de 1850.....	59
Figura 24 - Planta de Curitiba em 1857.....	60

Figura 25 - Planta de Curitiba em 1894.....	61
Figura 26 - Esquema do Plano Agache.....	63
Figura 27 - Recriação Eletrônica de Curitiba, Avenida Monumental do Cívico (A) Visto da Pç. Tiradentes, (B) Visto do C. Cívico, entre os rios Ivo e Belém.....	64
Figura 28 - Esquema Básico do sistema trinário implantado pelo Plano Diretor de 1966. ....	66
Figura 29 - Trecho que ainda mantém o nome Estrada da Graciosa.....	75
Figura 30 - Localização dos dez bairros mais densos de Curitiba, segundo o Censo 2010. ....	78
Figura 31 - Perfil Topográfico do Leste Paranaense. ....	81
Figura 32 - Catedral Metropolitana de Curitiba.....	87
Figura 33 - Largo da Ordem.....	88
Figura 34 - Cruzamento da Rua São Francisco com a Rua Barrão do Serro Azul, 2014 e 1905. ....	89
Figura 35 - Casa de Comércio Urbana, Sebo Releituras. ....	90
Figura 36 - Casa de Comércio Urbana, Café Catedral.....	91
Figura 37 - Casa de Comércio Urbana, TIM.....	92
Figura 38 - Casa de Comércio Urbana, Casa Voss. ....	93
Figura 39 - Casa Mila, em sua localização original. ....	94
Figura 40 - Portal Alemão na Praça da Cultura Germânica, do Bosque Alemão .....	94
Figura 41 - Praça 19 de Dezembro .....	95
Figura 42 - Shopping Mueller & antiga Fábrica Marumby .....	99
Figura 43 - Localiza Veículos. ....	100
Figura 44 - Banco Central .....	100
Figura 45 - Hotel San Juan.....	100
Figura 46 - Av. João Gualberto em 2014 e 1974.....	103
Figura 47 - Construção de conjunto de escritórios e hotel. ....	104
Figura 48 - Port-Said. ....	104
Figura 49 - Funerária São Pedro.....	105
Figura 50 - Igreja do Cabral a) Vista Externa, b) Altar-Mor .....	108
Figura 51 - Graciosa Country Club.....	109
Figura 52 - Corpo de Bombeiros .....	110
Figura 53 – CINDACTA II .....	114
Figura 54 - 20º Batalhão de Infantaria Blindada.....	115

Figura 55 - 27º Batalhão Logístico .....	115
Figura 56 - Residência na Av. Erasto Gaertner 1.....	116
Figura 57 - Residência na Av. Erasto Gaertner 2.....	117
Figura 58 - Di Berton Móveis.....	118
Figura 59 - Imóvel denominado "Burro Brabo".....	119
Figura 60 - Moradias rurais de influência escocesa. ....	120
Figura 61 - Moradias rurais de influência portuguesa. ....	120
Figura 62 - Casa de moradia rural na Av. Monteiro Tourinho.....	123

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE PAISAGEM CULTURAL ...	26
Tabela 2 - CATEGORIAS DE PAISAGENS CULTURAIS NO PATRIMÔNIO MUNDIAL .....	28
Tabela 3 - CRITÉRIOS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL QUE JUSTIFICAM AS INSCRIÇÕES DAS PAISAGENS CULTURAIS.....	29
Tabela 4 – Síntese das principais características de cada Estudo de Caso .....	52
Tabela 5 - CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS BAIRROS CORTADOS PELA GRACIOSA. ....	77
Tabela 6 - INSTRUMENTOS LEGAIS REFERENTES AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, EM CURITIBA. ....	84
Tabela 7 - Unidades de Interesse de Preservação – Região Central.....	96
Tabela 8 - Unidades de Interesse de Preservação – Centro Cívico.....	101
Tabela 9 - Unidades de Interesse de Preservação – Setor Estrutural.....	106
Tabela 10 - Unidades de Interesse de Preservação – Cabral.....	112
Tabela 11 - Unidades de Interesse de Preservação – Bacacheri.....	121

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relatórios x Ano, sobre a conservação da Paisagem Cultural de Sintra, Portugal.....	41
Gráfico 2 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ATENDIDOS POR REDE DE ÁGUA, REGIONAL MATRIZ E BOA VISTA.....	79
Gráfico 3 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ATENDIDOS POR REDE DE ESGOTO, REGIONAL MATRIZ E BOA VISTA.....	80
Gráfico 4 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ATENDIDOS POR COLETA DE LIXO, REGIONAL MATRIZ E BOA VISTA. ....	80

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1850. ....	68
Mapa 2 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1857 .....	69
Mapa 3 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1894. ....	70
Mapa 4 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1915. ....	71
Mapa 5 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1962. ....	72
Mapa 6 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 2013. ....	73
Mapa 7 – Aspectos Institucionais. ....	76
Mapa 8 – Aspectos Físicos-Naturais & Hipsometria .....	82
Mapa 9 – Unidades de Paisagem da Estrada de Graciosa.....	86
Mapa 10 – Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Região Central .....	97
Mapa 11 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Centro Cívico .....	102
Mapa 12 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Setor Estrutural.....	107
Mapa 13 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Cabral .....	113
Mapa 14 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Bacacheri.....	122
Mapa 15 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Tinguí e Atuba.....	124

## LISTA DE SIGLAS

COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
DOCOMOMO	Documentação e Conservação do Movimento Moderno
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UIP	Unidade de Interesse de Preservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	<b>19</b>
2.1	SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL.....	21
2.2	NOVOS CONCEITOS.....	23
2.2.1	Paisagem Cultural.....	23
<b>3</b>	<b>ESTUDOS DE CASO</b> .....	<b>28</b>
3.1	Cidade do Rio de Janeiro, Brasil.....	30
3.2	Sintra, Portugal.....	36
3.3	Roteiros Nacionais de Imigração, Santa Catarina, Brasil.....	42
3.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CASOS ANALISADOS.....	50
<b>4</b>	<b>INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE: ESTRADA DA GRACIOSA</b> .....	<b>53</b>
4.1	ASPECTOS HISTÓRICOS.....	54
4.1.1	ORIGEM.....	54
4.1.2	EVOLUÇÃO URBANA DE CURITIBA.....	58
4.1.3	RECONHECIMENTO DO TRAÇADO URBANO DA ESTRADA DA GRACIOSAS EM CURITIBA.....	67
4.2	ASPECTOS INSTITUCIONAIS.....	75
4.3	ASPECTOS SOCIOECONOMICOS E DE INFRAESTRUTURA.....	77
4.4	ASPECTOS FÍSICOS-NATURAIS.....	81
4.5	ASPECTOS PAISAGÍSTICOS E ARQUITETÔNICOS: CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO.....	83
4.5.1	Região Central.....	87
4.5.2	Centro Cívico.....	98
4.5.3	Setor Estrutural.....	103
4.5.4	Cabral.....	108

4.5.5	Bacacheri.....	114
4.5.6	Tingui e Atuba.....	123
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
5.1	SITUAÇÃO ATUAL E AS DIRETRIZES PRELIMINARES DE PRESERVAÇÃO .....	125
5.2	CONCLUSÃO .....	128
<b>6</b>	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural, assim como as paisagens culturais que se desenvolveram no meio urbano, são algumas das materializações do fenômeno de urbanização. A Estrada da Graciosa foi a primeira estrada construída no Estado do Paraná (BARBOSA, 1969) e foi um dos principais meios de escoamento da produção da erva-mate, da capital para as cidades de Antonina e Morretes, durante o século XIX. Desde essa época, a cidade de Curitiba cresceu, e a estrada abrigou em suas margens grande parte de população, em função da disponibilidade e facilidade de transporte, e foi responsável pelo surgimento de uma cultura própria, especialmente antes do investimento no transporte ferroviário, posteriormente o principal meio de transporte de mercadorias e pessoas.

Nos dias de hoje, quando se menciona a Estrada da Graciosa, imediatamente o que vem à memória é o trecho que se inicia na cidade de Quatro Barras e leva ao litoral do Estado. Dentre os vários encantos desse caminho, que fazem dele atrativo turístico, estão as paisagens emolduradas por hortênsias (Figura 1), a pavimentação de paralelepípedos, que conduzem a pontos de interesse histórico, como, por exemplo, as pontes sobre o Rio Taquari e Capivari Mirim (Figura 2), datadas do final do século XIX. A Figura 3 reproduz um mapa oferecido aos turistas, distribuídos pela Prefeitura Municipal de Quatro Barras.

O que poucas pessoas sabem é que, na verdade, o trecho atualmente conhecido como Estrada da Graciosa não representa a totalidade da via. O traçado original da estrada fazia o percurso das cidades de Antonina e Morretes até o centro de Curitiba, na Praça Tiradentes, primeiro núcleo de ocupação da cidade. Com a urbanização e o crescimento do perímetro urbano da capital, grande parte dos resquícios históricos da existência da antiga estrada se perdeu.



**Figura 1 - Estrada das Hortênsias.**  
(Fonte: Apontador, 2015)



**Figura 2 - Ponte sobre o Rio Taquari e Capivari Mirim.**  
(Fonte: Turismo Quatro Barras, 2015)

**Figura 3 - Mapa turístico da Estrada da Graciosa.  
(Fonte: Folheto Impresso)**

Em nível mundial, organizações como o *Conseil International des Monuments et des Sites*<sup>1</sup> (ICOMOS) e a Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), têm proposto a ampliação do conceito de patrimônio, englobando aspectos mais abrangentes como paisagem, itinerários e territórios culturais, contribuindo para o alargamento do campo de conhecimento, antes limitado a monumentos e cidades históricas, que predominava no pensamento patrimonial. No Brasil, em 2009, o IPHAN lançou a categoria de Chancela de Paisagem Cultural Brasileira para alinhar a atuação nacional com as tendências mundiais.

Diante desse contexto, este trabalho de graduação tem por objetivo pesquisar sobre as transformações da paisagem do trecho da Estrada da Graciosa dentro do perímetro urbano da cidade de Curitiba, a fim de compreender a aplicação do conceito de paisagem cultural como ferramenta de preservação deste patrimônio.

De forma específica, procura-se discutir a importância da preservação do patrimônio cultural diante dos novos conceitos de preservação, com uma metodologia de pesquisa bibliográfica e webgráfica, levantamentos em campo e consulta ao acervo de órgãos de preservação do patrimônio. A partir disso, identificar o papel da paisagem cultural da Estrada da Graciosa no desenvolvimento de Curitiba e, em fase posterior a esta pesquisa, estabelecer diretrizes para subsidiar a preservação de uma paisagem cultural para capital paranaense. Através do conhecimento de sua história e dos significados que as edificações têm com seu contexto, “auxiliar para que os cidadãos possam ambientar-se com o meio em que vivem estabelecendo assim uma relação harmônica com a sua cultura e o seu papel como cidadão” (MOREIRA *et all*, 2014, p.3).

O capítulo 2 apresenta os conceitos teóricos que fundamentam a discussão sobre a relação da preservação do patrimônio com a situação da cidade de Curitiba e o conceito de paisagem como categoria de preservação. O capítulo 3 fornece subsídios para a criação de uma paisagem cultural, examinando critérios, abordagens possíveis quando do enfrentamento de tais casos, através da análise de locais inscritos na categoria de Paisagem Cultural. O capítulo 4 descreve o objeto de estudo desta pesquisa dentro do seu contexto de evolução e desenvolvimento histórico a partir de unidades de paisagem. O capítulo 5 apresenta, por fim, as diretrizes gerais para o

---

<sup>1</sup> Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Tradução Livre)

desenvolvimento da proposta prática – a ser elaborada em etapa posterior - e estabelece um plano de ação para as próximas atividades a serem desenvolvidas.

## 2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Segundo a Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Patrimônio Cultural pode ser compreendido como:

“[...] o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.” (UNESCO, 2015)

A partir deste conceito geral, pode-se: atribuir ao homem (agente antrópico) o papel de agente transformador da natureza, uma vez que ele é quem cria, vive e repassa essa carga cultural; o lugar, por sua vez, vivencia as construções e descaracterizações que criam a relação íntima com seus habitantes, uma relação de identidade (Löwen Sahr, 2010) e que levam a “criação” do patrimônio cultural. Sendo assim, é a interação do homem com elementos naturais e culturais que fazem do lugar o objeto de análise.

Além disso, a partir da definição do lugar como objeto de estudo, pode-se definir um conjunto de bens culturais, materiais e imateriais, que sejam de interesse de preservação e importantes para a construção da identidade cultural única de cada povo.

“Cada geração relê e refaz o seu patrimônio cultural de acordo com seus referenciais sócio culturais. (...) O patrimônio, como um artefato cultural inventado, vai adquirir significado no processo de sua construção, passando por intersubjetividades e recursos ficcionais.” (KERSTEN, 2000, p. 28)

A classificação desses bens de interesse de preservação é feita de inúmeras maneiras, mas em 1972, a Conferência Geral da UNESCO, reunida em Paris, instituiu a *Lista do Patrimônio da Humanidade*, para inscrição de bens de valor excepcional ao redor do mundo, e nessa lista poderiam ser inscritos bens patrimoniais com critérios culturais ou naturais.

Consideraram-se como patrimônio cultural: obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, inscrições, grutas ou grupos de elementos com valor universal excepcional, do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, além de obras produzidas pelo homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza. E na categoria de patrimônio

natural: monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. (UNESCO, 1972).

Esses critérios, no entanto, não foram suficientes para abarcar a diversidade do patrimônio mundial, e foi criada a classificação de *Sítio Misto*, ou seja, "patrimônio misto cultural e natural". Neste capítulo serão apresentados conceitos básicos da preservação do patrimônio e algumas das novas categorias de abordagem dessa preservação, com especial destaque para as paisagens culturais, que se encaixam na classificação de "Sítio Misto".

## 2.1 SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Após três séculos de descobrimento do Brasil, com a chegada da família real à Colônia, em 1808, é que as primeiras preocupações com a preservação de bens definidos como patrimoniais apareceram. Porém, apenas em meados da década de 1920, as primeiras discussões sobre o assunto começaram a aparecer. Nessa época, o país passava por mudanças aceleradas, as cidades cresciam rapidamente e o contexto da primeira grande guerra questionava a herança cultural, uma vez que as importações foram diminuídas e o processo de transformação social se adequava às especificidades locais, deflagrando a busca pela identidade da nação brasileira (KERSTEN, 2000).

Os modernistas, especialmente a partir de 1922, passaram a refletir sobre a dependência cultural do Brasil, e, com isso, vários projetos de lei entraram em tramitação no Congresso Nacional. Um deles, solicitado pelo governador de Minas Gerais, tinha como objetivo a criação de um órgão nacional de Patrimônio, para a “guarda e conservação de bens móveis e imóveis considerados de interesse da coletividade, os quais deveriam ser catalogados, e sobre eles a União ou os Estados deveriam ter direito de preferência na compra” (KERSTEN, 2000, p.69).

Esse projeto ficou esquecido no Congresso, até que, a pedido de Gustavo Capanema<sup>2</sup>, Ministro da Educação e da Saúde, Mário de Andrade – que estava entre os intelectuais modernistas que questionaram a identidade cultural brasileira –, elaborou um programa de proteção para o patrimônio cultural do nosso país, e resgatou a ideia apresentada em 1925, com a inclusão de bens intangíveis, vocabulários, lendas, etc.

“O conceito pressupunha que todos monumentos de arte seriam ao mesmo tempo histórico, pois representariam uma fase das artes; do mesmo modo um monumento histórico poderia também ser artístico, por representar a estética de determinada época e as relações sociais que o tornaram possível.” (KERSTEN, 2000, p. 73)

---

<sup>2</sup> Nascido em Pitangui, no Estado de Minas Gerais, no dia 10 de agosto de 1900, e faleceu em 10 de março de 1985, na cidade do Rio de Janeiro. Foi o ministro que mais tempo ficou no cargo em toda a história do Brasil. Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Foi ministro da Educação durante onze anos. Criou a Faculdade Nacional de Filosofia e a Escola Nacional de Educação Física. Edificou o Palácio do Ministério da Educação e Saúde.

O anteprojeto de lei apresentado por Mario de Andrade foi aprovado no fim da década de 1930, e acabou se tornando a base para a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, em 1937 -, sendo que as primeiras ações preservacionistas consistiam no tombamento<sup>3</sup> de imóveis por meio de listas encaminhadas ao SPHAN pelos representantes dos Estados (SILVA, 2013). Com o passar do tempo, a abrangência de trabalho do SPHAN foi reduzida, passando a focar-se em monumentos e sítios de valor excepcional.

E a partir dessa abordagem moderada, a classificação dos bens de interesse de preservação foi elaborada. Lemos (1985) propõe três categorias: bens naturais, bens intangíveis e bens culturais, sendo que os bens culturais são divididos por Coelho (1992) em: bens móveis, os monumentos, geralmente isolados; e os sítios ou conjuntos, que podem ter caráter natural, histórico, científico ou urbano (OLIVEIRA, 2013). Essa é a abordagem da preservação do patrimônio que se manteve, pelo menos, até 2009, quando a chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi criada, pelo atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antigo SPHAN.

---

<sup>3</sup> O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são responsabilidade do IPHAN e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. O objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. (IPHAN, 2015)

## 2.2 NOVOS CONCEITOS

A proposta de Mário de Andrade não deixava explícita as cidades ou conjuntos urbanos como bens culturais, mas previa a preservação de um conceito preliminar de paisagem cultural (OLIVEIRA, 2013). Além disso, os primeiros tombamentos priorizavam numericamente os lugares onde havia o que preservar - a cidade do Rio de Janeiro e as cidades históricas de Minas Gerais<sup>4</sup>, na primeira fase, centralizaram as ações do SPHAN (KERSTEN, 2000).

Baseados nessa compreensão do patrimônio cultural, em 2009, o IPHAN criou a chancela da Paisagem Cultural, inserindo-se no contexto mundial de discussão dos novos conceitos de preservação do patrimônio, como apresentado na abertura deste trabalho. Além da Paisagem, incluem-se os conceitos de Itinerário Cultural<sup>5</sup> e Território Cultural<sup>6</sup>, essas duas últimas ainda não regulamentadas no Brasil (IPHAN, 2011).

### 2.2.1 Paisagem Cultural

“[...] aquilo que olhávamos apaixonadamente como a manifestação absoluta da presença do mundo em torno de nós, a natureza, para a qual lançávamos olhares admirativos e quase religiosos, era em suma apenas a

---

<sup>4</sup> “O Rio de Janeiro, marco da consolidação do domínio português, tornou-se no século XVIII a mais importante cidade do Brasil, quando seu desenho urbano foi emoldurado pelo estilo colonial. Seriam estas as características que o SPHAN buscou preservar, em detrimento das impressas com a chegada da família Real e aquelas deixadas pela reforma urbana de 1902. O Estado de Minas, polo dinâmico da economia no século XVIII, considerado berço da Inconfidência mineira, foi transformado em centro irradiador de cultura e catalizador das expressões estéticas. As cidades históricas de Minas Gerais foram definidas como registros da nacionalidade, encontrados nos lugares e momentos de luta pela Independência. Estas cidades passaram a ser vistas como documentos históricos, cidades-museus. (KERSTEN, 2000, p. 85)

<sup>5</sup> Um itinerário cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática ou mista, determinada materialmente, que possui uma dinâmica e funções históricas próprias para atender a um objetivo determinado e concreto. Para que se caracterize como um itinerário cultural é necessário que o caminho seja resultado e reflexo da movimentação interativa de pessoas e de bens, realizando trocas contínuas e recíprocas de materiais, ideias, conhecimentos e valores por períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes. (Carta de Itinerários Culturais, CIIC – ICOMOS, 2008 *apud* OLIVEIRA, 2013, p.21)

<sup>6</sup> Os territórios culturais são caracterizados pela multiplicidade e também pela densidade das ocorrências culturais – arqueológicas, arquitetônicas, paisagísticas, artísticas, simbólicas... – compondo-se como um verdadeiro mosaico do patrimônio cultural. A preservação e a gestão de um território cultural estão diretamente ligadas à noção de rede do patrimônio. (IPHAN, 2011)

convergência em um único ponto de projetos que tinham atravessado a história, obras que se apoiavam umas às outras até formar esse conjunto coerente na diversidade e que conferiam ao espetáculo a evidência de uma natureza.

Inocentemente presos à armadilha, contemplávamos não uma exterioridade, como acreditávamos, mas nossas próprias construções intelectuais. Acreditando sair de nós mesmos mediante um êxtase providencial, estávamos muito simplesmente admirados com nossos próprios modos de ver.” (CAUQUELIN, 2007, p. 26-27)

O nascimento da paisagem “simbólica” representada pela técnica da perspectiva, e pautada na riqueza de elementos que compõe um quadro, durante a Renascença, é reduzida a uma representação figurada que apenas desperta o interesse pela realidade que o quadro apresenta. Essa similaridade entre o artificial e o real, uma valendo pela outra, na época a única imagem possível, agrega-se ao conceito de natureza, sendo difícil desassociá-la. “[...] tocar a paisagem, modelá-la ou destruí-la, é tocar a própria natureza.” (CAUQUELIN, 2007, p.39)

É nessa mescla de conceitos, paisagem-natureza/natureza-paisagem, que se insere o cerne do nascimento da paisagem, pois se a paisagem é identificada como natureza, ela esteve presente desde sempre. Uma vez que se admite que essa paisagem-natureza tenha passado por alterações tanto naturais quanto antrópicas, o conceito de “sitio” entra como meio que interfere nesse meio natural, suas cidades e vestígios depositam memórias, histórias e culturas. A paisagem torna-se um monumento natural (CAUQUELIN, 2007). E “a construção da identidade depende da matéria-prima da cultura, processada e organizada de acordo com a sociedade” (Löwen Sahr, 2010, p. 30).

“A intervenção humana sobre os espaços que ocupa é uma constante, nas cidades não poderia ser diferente. Os centros urbanos encontram-se em intermitente transformação. Neste espaço, ruínas e construções são confundidas, reforçando a visão da transitoriedade da humanidade e de suas obras, apontando para a inexorabilidade do tempo e da morte.” (KERSTEN, 2000, p. 153)

Considerando este aspecto dinâmico e polissêmico do conceito de paisagem, uma vez que aparece em muitos momentos e em disciplinas diferentes, mesmo na Geografia tradicional, onde é tratada como conceito chave, a paisagem passou por diversas ressignificações na esfera da Geografia Humana (MELO FILHO *et al.* 2014). Após ampla discussão sobre o conceito de paisagem e paisagem cultural, entende-se que esse último “consiste na interação entre componentes naturais e humanos que se

relacionam e desenvolvem aspectos característicos tangíveis e intangíveis” (OLIVEIRA, 2013, p.20). Isto é, a resultante entre o modo de vida e os bens materiais criados por ele, formando um conjunto de responsabilidade da preservação da paisagem cultural.

No Brasil, especificamente, a partir de 2009, com a Portaria do IPHAN nº 127, Chancela<sup>7</sup> da Paisagem Cultural, esse conceito foi regulamentado e oficialmente introduzido como “nova categoria do patrimônio cultural” (IPHAN, 2011), e os estudos e proposições de ação nesse âmbito ganharam orientações. No artigo 1º da referida Portaria, o IPHAN define Paisagem Cultural Brasileira como:

“Uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2011, p.2)

Ainda segundo o IPHAN (2011), o que motivou a implementação do instrumento da chancela foi a corroboração de que “os fenômenos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta”, justificando a aplicação do conceito de Paisagem Cultural quando:

“[...] preservação da diversidade e riqueza dos cenários, urbanos e rurais, tendo em vista que os processos de massificação da vida e das paisagens têm colocado em risco e mesmo provocado o desaparecimento de contextos de vida e tradições culturais[...]” (IPHAN, 2011).

O resultado e as ações propostas para as Paisagens Culturais Brasileiras variam de lugar para lugar, pois em cada contexto existe uma série de fatores específicos que devem ser considerados. Por enquanto, não existe uma lista de bens chancelados como Paisagem Cultural em nível nacional, pois o instrumento foi recém-lançado, embora vários lugares candidatos já se encontrem em processo de estudo (IPHAN,

---

<sup>7</sup> “Chancela da paisagem cultural figura como instrumento atualizado de preservação do patrimônio cultural, inserida num contexto de ampliação da ação do Iphan no território nacional, de revisão metodológica e conceitual, de inovação técnica e instrumental, trazemos ao conhecimento de todos as reflexões e convencimentos acerca da Paisagem Cultural Brasileira, buscando o estabelecimento de entendimentos – dados a partir de experiências concretas – e de uma estratégia de atuação para o futuro. [...] Neste ponto, importa ressaltar que a chancela não é um instrumento de proteção, tal como o tombamento. [...] a chancela deverá ser acompanhada, antecedida ou complementada pelo tombamento, pelo registro e/ou por outras formas de proteção” (IPHAN, 2011)

2009). A tabela 1 apresenta algumas considerações conceituais sobre paisagem cultural.

**Tabela 1 - CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE PAISAGEM CULTURAL**  
(Fonte: Carreño, 2003 apud OLIVEIRA, 2013, p. 22-23. Adaptado pela autora.)

<b>PELA SUA ORIGEM</b>	<b>O trabalho humano é determinado por um meio ambiente natural que influencia suas características básicas.</b>
<b>PELA SUA ESSÊNCIA</b>	Revela (e é resultado de) um relacionamento entre o homem e um determinado meio ambiente natural.
<b>PELA SUA FUNÇÃO</b>	Explica o funcionamento ecológico e cultural de determinado ambiente no qual até o componente humano é compreendido em termos do grau do grau de seu impacto no ambiente natural.
<b>PELA SUA EXTENSÃO</b>	Mesmo no caso de elementos lineares, as paisagens culturais são entendidas dentro do contexto de um ecossistema.
<b>PELA SUA ESTRUTURA</b>	Deve ser entendida como um modelo, tal como a proposta "Mancha corredor matriz" propõe, abrangendo o elemento cultural. No caso de paisagem linear ou corredor, conectividade natural é essencial.
<b>PELA SUA IMPORTÂNCIA</b>	Embora ambos os conceitos tenham importância equivalente, a paisagem cultural é ideal para explicar a relação entre o homem e a natureza.
<b>PELOS ELEMENTOS QUE LHESS CONSTITUEM</b>	O elemento chave é um meio ambiente natural determinado ecologicamente.
<b>PELO SEU ESTUDO</b>	Os conceitos chaves para se compreender a paisagem cultural são suas características ecológicas e seus graus de intervenção humana. Elementos importantes incluem trabalhos de irrigação, construções, centros ritualísticos relacionados aos valores do local, etc; em especial, elementos relacionados ao uso, proteção e transformação do meio ambiente.
<b>PELOS INDICADORES APRESENTADOS</b>	Indicadores fundamentais irão incluir elementos como biodiversidade, presença de espécies ameaçadas, correntes bióticas e abióticas e suas mudanças, o impacto humano nessas mudanças, o impacto da criação de animais domésticos, padrões tradicionais de uso da terra, atividades tradicionais, materiais de construção e edificações tradicionais, gestão da água, etc.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

**PELA SUA DINÂMICA**

A dinâmica específica da paisagem cultural deve ser entendida em termos de equações de vida que ocorrem dentro de um ecossistema com determinada matriz. As ações humanas têm impacto nessas equações. Quando os elementos da matriz deixam de ser predominantes no território, o ecossistema encontra seus limites. Obedece às leis naturais e à influência humana sobre elas.

Devido à necessidade de aprofundamento de estudo sobre o tema, nos últimos anos foram realizados os Colóquios Ibero-Americanos de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. O último evento aconteceu em 2014, em sua 3ª edição. Segundo o portal *online* oficial do evento, o objetivo era investigar a ideia de paisagem cultural como novo marco teórico, que articula os aspectos materiais e imateriais do patrimônio de forma holística, indicando as interações significativas entre o homem e o meio-ambiente natural.

Fazem parte do rol de temas pesquisados e propostos para a preservação sob este conceito de Paisagem Cultural a Estrada Bonita, em Joinville; o centro da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul; o Paço Municipal e as Paisagens Urbanas de Presidente Prudente; para citar alguns exemplos.

### 3 ESTUDOS DE CASO

As discussões sobre as novas categorias de preservação do patrimônio são bastante recentes, e ainda são poucos os exemplares de bens protegidos sob essas titulações. Sendo assim, para subsidiar as diretrizes da paisagem cultural, foi necessário situar-se dentro dos poucos exemplos encontrados, sejam eles operacionalizados ou não.

Neste capítulo, é apresentada uma seleção das informações sobre duas paisagens culturais inscritas na lista do Patrimônio Mundial (*World Heritage Cultural Landscape*), e uma protegida em nível nacional, além de uma descrição sucinta de algumas das principais preocupações envolvidas na preservação desse patrimônio. Estes dois primeiros projetos foram classificados de acordo com o Diretrizes Operacionais para a Implementação do Patrimônio Mundial (*Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*), como especificado na tabela 2, e a sua inscrição é justificada pelos critérios da tabela 3.

Tabela 2 - CATEGORIAS DE PAISAGENS CULTURAIS NO PATRIMÔNIO MUNDIAL  
(Fonte: UNESCO, 2009, p. 20. Traduzido e adaptado pela autora)

TRÊS CATEGORIAS DE PAISAGENS CULTURAIS NO PATRIMÔNIO MUNDIAL	
i	A mais facilmente identificável é a <b>paisagem claramente definida</b> projetada e criada intencionalmente pelo homem. Ela engloba jardins e parques, edifícios e conjuntos.
ii	A segunda categoria é a <b>paisagem organicamente evoluída</b> . Resulta de uma iniciativa social, econômica, administrativa e/ou religiosa e tem desenvolve sua forma atual por associação com e em resposta ao ambiente natural. Tais paisagens refletem esse processo de evolução em sua forma e características. Elas recaem em duas categorias:  - Uma <b>paisagem relíquia (ou fóssil)</b> é aquela em que o processo evolutivo chegou ao fim em algum momento no passado, seja de forma abrupta ou ao longo de um período. Suas características distintas, no entanto, ainda são visíveis na forma material.  - Uma <b>paisagem contínua</b> é aquela que mantém um papel social ativo e intimamente ligado ao modo de vida tradicional, e no qual o processo evolutivo ainda está em andamento. Ao mesmo tempo exibe evidências materiais de sua evolução ao longo do tempo.
iii	A categoria final é a <b>paisagem cultural associativa</b> . A inclusão de tais paisagens na Lista do Patrimônio Mundial é justificável em virtude do poder religioso, artístico ou associações culturais do elemento natural ao invés da evidência material, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.

**Tabela 3 - CRITÉRIOS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL QUE JUSTIFICAM AS INSCRIÇÕES DAS PAISAGENS CULTURAIS**

(Fonte: UNESCO, 2009, p. 21. Traduzido e adaptado pela autora)

CRITÉRIOS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL QUE JUSTIFICAM AS INSCRIÇÕES DAS PAISAGENS CULTURAIS	
i	Representar uma obra-prima do gênio criativo humano; ou
ii	Exibir um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural no mundo, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, urbanismo ou projeto paisagístico; ou
iii	Ser um testemunho único ou pelo menos excepcional, de uma tradição ou de uma civilização viva ou desaparecida; ou
iv	Ser um excelente exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou paisagístico, que ilustre uma fase significativa da história humana; ou
v	Ser um exemplo notável de um estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que é representante de uma cultura (ou culturas), especialmente quando esta se tornou vulnerável sob impactos ou mudanças irreversíveis; ou
vi	Ser associado direta ou tangivelmente com acontecimentos ou tradições vivas, com ideias, ou com crenças, com trabalhos artísticos e literários de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério deve justificar a inclusão na lista apenas em excepcional circunstâncias e em conjunto com outros critérios culturais ou naturais); ou
vii	Conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza e importância estética; ou
viii	Ser exemplo excepcional das principais fases da história da Terra, incluindo registros de vida, processos geológicos significativos no desenvolvimento das formas do relevo, ou características geomorfológicas ou fisiográficas significativas; ou
ix	Ser exemplos notáveis que representam o significado ecológico e biológico em curso dos processos de evolução e desenvolvimento dos ecossistemas terrestres, de água doce, costeira e ecossistemas marinhos e ainda, comunidades de plantas e animais; ou
x	Conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação da diversidade biológica, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas, e com excepcional valor do ponto de vista da ciência;

Em cada uma das propostas apresentadas a seguir buscaram-se características que as aproximassem do objeto de estudo deste trabalho - dessa maneira as etapas posteriores são complementadas pelos subsídios fornecidos nesse panorama.

### 3.1 Cidade do Rio de Janeiro, Brasil

Em 2009, os sítios vinculados à categoria de paisagem cultural estavam intimamente relacionados com áreas rurais e jardins históricos. No Brasil, com as discussões sobre a nova tipologia de reconhecimento de bens culturais apenas começando, o IPHAN lançou a candidatura do bem “*Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*”, rompendo a “lógica de inserção da Lista do Patrimônio Mundial, marcada pela primazia das cidades históricas associadas ao período colonial” (SANDY, 2014) existente no Brasil. O dossiê de candidatura especificava, entre outros aspectos, os objetivos a serem alcançados para preservação da paisagem cultural localizada entre os pontos mais altos do Parque Nacional da Tijuca (Figura 4) descendo até o oceano (Figura 5).

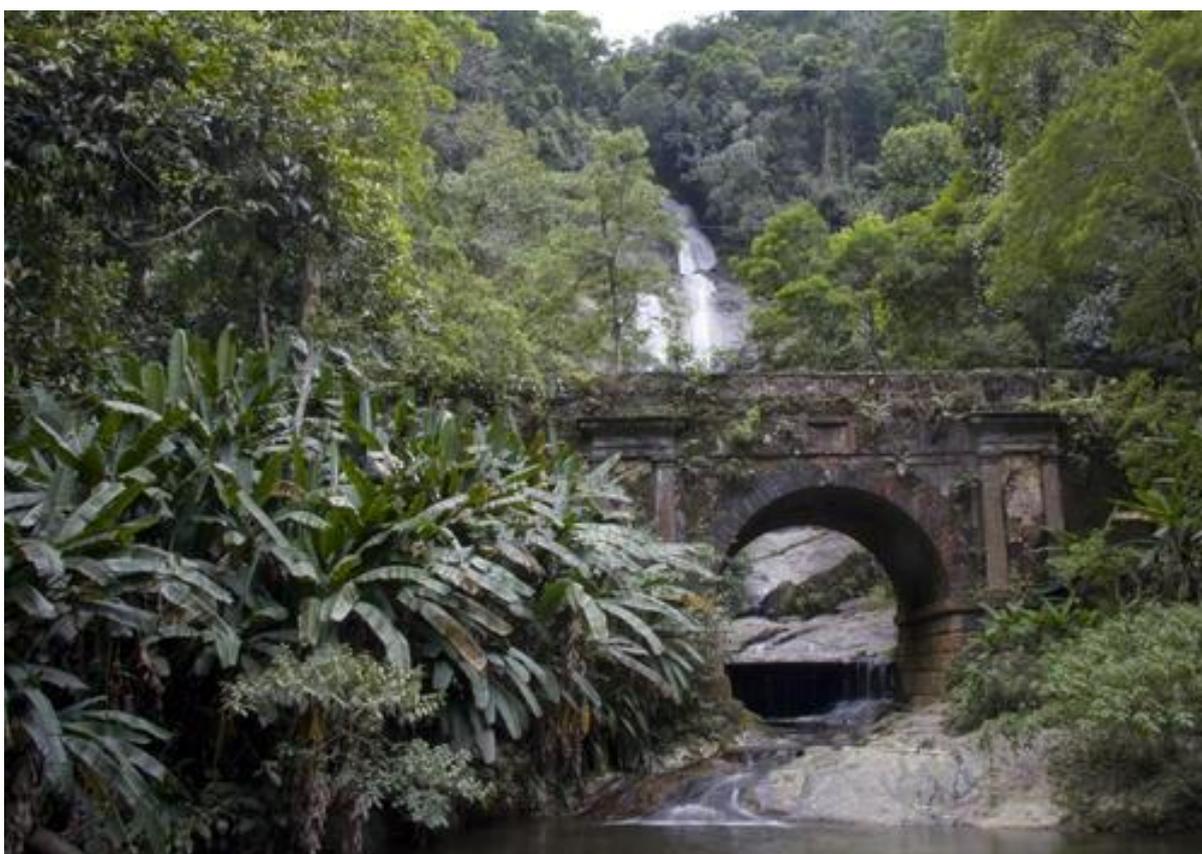


Figura 4 - Parque Nacional da Tijuca, pedaço preservado da Mata Atlântica. (Fonte: UNESCO, 2015)

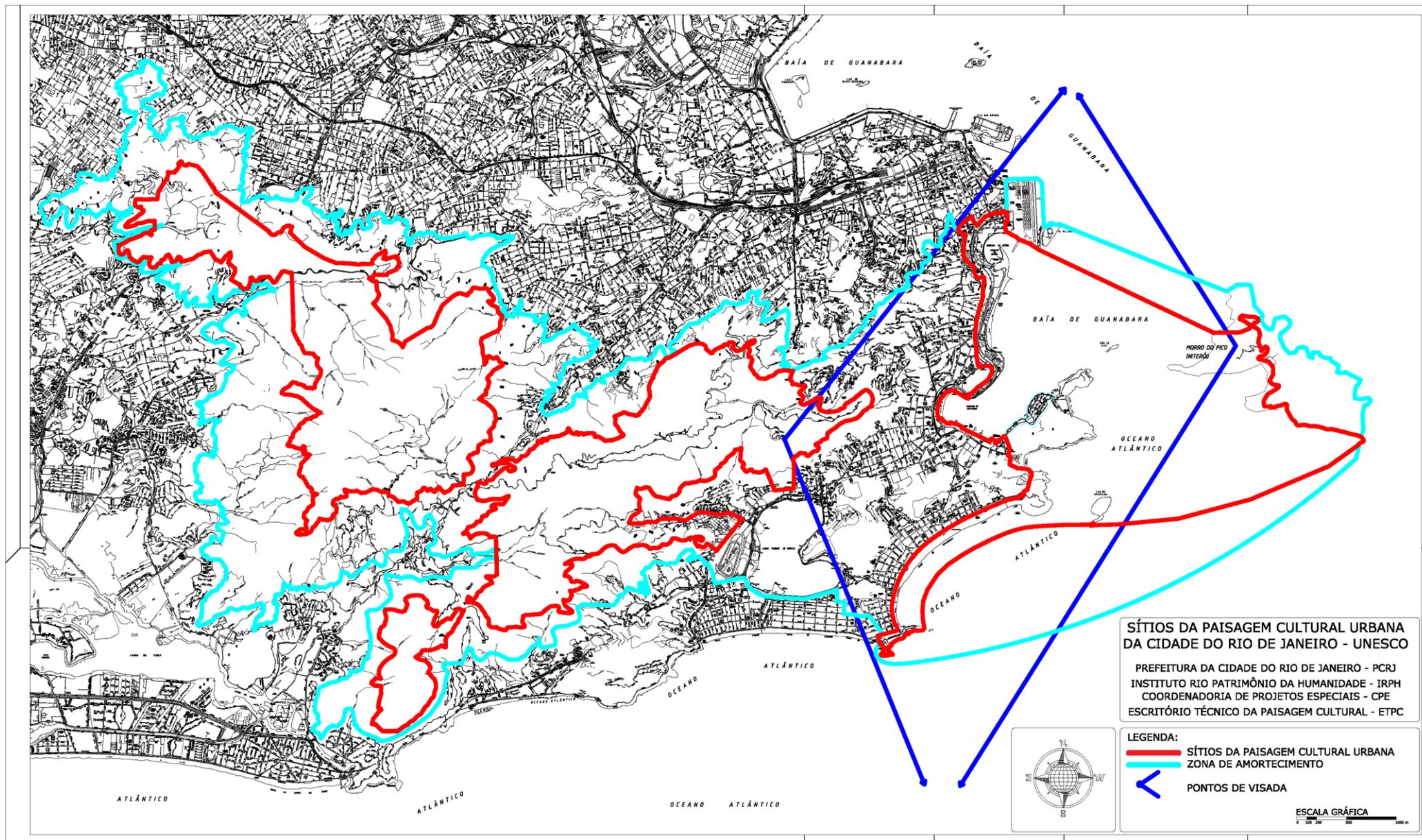


Figura 5 - Recorte carioca inscrito na Lista do Patrimônio Mundial.  
 (Fonte: RIO DE JANEIRO, 2015)

A totalidade da cidade não foi englobada no dossiê, e após os estudos, levantamentos e recortes, a porção do território carioca, que representaria a cidade como um todo, encontra-se na Zona Sul do Rio de Janeiro, e avança sobre o território de Niterói, compreendendo cerca de 7,25 hectares (UNESCO, 2015), delimitada por setores. Segundo Cardoso (2014), são eles:

Setor A - A Montanha, a Floresta e o Jardim: delimitado pelas quatro áreas do Parque Nacional da Tijuca e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, tendo como zona de amortecimento a área especificada no plano de manejo do Parque e o entorno do Jardim Botânico;

Setor B - A Entrada da Baía de Guanabara e as Bordas D'água: composto pelo Parque do Flamengo, pela área de proteção paisagística dos fortes na entrada da Baía de Guanabara e pela Orla de Copacabana com seus pontões rochosos (Morro do Leme, Forte de Copacabana e Ponta do Arpoador), considerando como zona de amortecimento o espaço compreendido entre o mirante do Corcovado e o mirante do Morro do Pico, na região das fortalezas de Niterói. A paisagem avistada desses mirantes representa o principal quadrilátero do Sítio.

Setor C - A Paisagem Urbana: definido como zona de amortecimento, marcado pelos elementos naturais do entorno do Sítio. Destaca-se como importante elemento de interligação e proteção dos demais setores, engloba os morros da Babilônia, São João, Catacumba, Cabritos, Saudade, que delimitam os bairros de Copacabana, Botafogo e Lagoa, o Morro da Viúva no Flamengo, o vale do Cosme Velho e Laranjeiras e a encosta sul do Morro de Santa Teresa até encontrar a borda do Parque do Flamengo, no centro da cidade. (CARDOSO, 2014, p. 7-8)

Os recortes não se limitam apenas aos bens em si, mas contempla áreas ao redor deles, chamadas de “zonas tampão ou de amortecimento” (IPHAN, 2011), com cerca de 8,62 hectares (UNESCO, 2015), que englobam o entorno, as perspectivas visuais e outras áreas ou atributos que tenham um papel fundamental de apoio ao bem e à sua proteção. A inserção dessas áreas se deve especialmente pelo fato de que, quando se inscreve um bem como patrimônio mundial na categoria de Paisagem Cultural, privilegiam-se os elementos naturais e paisagísticos, mas no caso da cidade do Rio de Janeiro, o que fica entre a montanha e o mar é área urbana. (CARDOSO, 2014)

“A opção pela colocação da área edificada, comercial e residencial da cidade no Setor C, como área de amortecimento e não como sítio propriamente dito, revela, mais do que uma área de proteção aos valores principais presentes nos outros dois setores, uma dificuldade de inclusão de áreas urbanizadas dentro da categoria de paisagem cultural.” (RIBEIRO e AZEVEDO, 2010 *apud* CARDOSO, 2014, p. 10)

Em 1º de Julho de 2012, durante a 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em São Petersburgo, na Rússia, a candidatura foi aprovada, e o Rio de Janeiro se tornou a primeira cidade no mundo a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade por sua paisagem cultural. (RIO DE JANEIRO, 2015).

De acordo com as categorias apresentadas na tabela 2, a cidade se encaixou em: (i) representada pelo Jardim Botânico (Figura 6), Passeio Público, Parque do Flamengo e orla de Copacabana (Figura 7), criam paisagens projetadas e criadas intencionalmente pelo homem; (ii) subcategoria de paisagem contínua, representada pelos elementos naturais, especialmente pelo reflorestamento do Parque Nacional da Tijuca, que vem acontecendo durante os anos; e (iii) paisagem associativa, representada por vários elementos modificados pelo homem, e cujas imagens projetaram a cidade e a cultura carioca pelo Brasil e pelo mundo. (IPHAN, 2011)



**Figura 6 - Jardim Botânico do Rio de Janeiro.**  
(Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014)



**Figura 7 - Praia de Copacabana.**  
(Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014)

Os critérios, especificados na tabela 3, que justificaram e embasaram a inscrição da cidade como Paisagem Cultural nessas categorias, são os itens (v) e (vi). Segundo a UNESCO, a inserção dentro desses critérios se justifica, respectivamente, porque:

“O desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro foi moldada por uma criativa fusão entre natureza e cultura. Esse intercâmbio não é o resultado de processos tradicionais persistentes, mas sim reflete um intercâmbio baseado em ideias científicas, ambientais e de design que levaram a criação de paisagens inovadoras em grande escala no coração da cidade durante pouco mais de um século. Estes processos criaram uma paisagem urbana percebida pela grande beleza por muitos escritores e viajantes e que moldou a cultura da cidade.” (UNESCO, 2015)

“A paisagem dramática do Rio de Janeiro forneceu inspiração para muitas formas de arte, literatura, poesia e música. Imagens do Rio, que mostram a baía, Pão de Açúcar e da estátua do Cristo Redentor tiveram um alto fator de reconhecimento mundial, desde meados do século XIX. Tais fatores de alto reconhecimento podem ser positivos ou negativos: no caso do Rio, a imagem que foi projetada, e ainda se projeta, é de uma incrivelmente bela localização para uma das maiores cidades do mundo.” (UNESCO, 2015)

A proteção desse bem significa que o seu valor universal excepcional será assegurado, e para isso uma análise periódica será realizada para verificar seu estado de conservação, e todos os bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial deverão contar com meios legislativos, regulamentares, institucionais ou tradicionais para garantir sua salvaguarda.

O dossiê de candidatura do Rio de Janeiro indicou que cerca de 85% dessa área está protegida por algum instrumento legal (CARDOSO, 2014). São eles:

- Tombamento federal pelo IPHAN: Parque Nacional da Tijuca, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Parque do Flamengo, Morro Cara de Cão, da Babilônia, da Urca, Pão de Açúcar, Dois Irmãos e Pedra da Gávea, inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A Fortaleza de São João e Fortaleza de Santa Cruz inscritos nos Livros Histórico e de Belas Artes;

- Tombamento estadual pelo INEPAC: Forte de Copacabana, pontas de Copacabana e do Arpoador, Pedra do Arpoador, Conjunto urbano paisagístico nas praias do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon, Forte Duque de Caxias (Leme), Espelho d'água da Enseada de Botafogo;

- Unidade de Conservação Federal: Parque Nacional da Tijuca; e  
- Unidades de Conservação Municipais: Parque do Flamengo Brigadeiro Eduardo Gomes; Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca; APA da Orla Marítima; APA dos Morros do Leme e Urubu e Ilha de Catanduva; APA das Pontas de Copacabana e Arpoador. (CARDOSO, 2014, p. 8-9)

Ressalta-se que novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da cidade, que entrou em vigor em 2011 (Lei Complementar nº1111, de 1º de fevereiro de 2011), atenderia as orientações da gestão e preservação da paisagem cultural do Rio como o representante ativo mais valioso da cidade. O Art. 140 a define como:

“[...] a porção do território onde a cultura humana imprimiu marcas significativas no ambiente natural, propiciando a aparição de obras combinadas de cultura e natureza, que conferem à paisagem identidade e valores singulares” (RIO DE JANEIRO, 2011)

Nesse plano estão inclusos princípios e diretrizes que procuram estimular, planejar e executar o uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural cultural, histórico e arqueológico, impondo, principalmente, limites de densidade e parcelamento do solo, levando em consideração características físicas, paisagísticas e ambientais; criar mecanismos eficazes de fiscalização sobre as diversas intervenções na paisagem urbana; e realizar ações permanentes de educação ambiental, através da promoção de campanhas de esclarecimento público para a proteção e a valorização da paisagem urbana (CARDOSO, 2014), para garantir o direito de desfrutar da paisagem da cidade com qualidade.

### 3.2 Sintra, Portugal

A cidade de Sintra tomou dimensão mundial durante o reinado de Fernando II (Século XIX) por ser o primeiro foco da arquitetura romântica europeia. A utilização de elementos góticos, egípcios, islâmicos e renascentistas na transformação das ruínas de um mosteiro em castelo, a criação de um parque conjugando essências locais e exóticas, além de outras residências construídas na serra, fizeram de Sintra um exemplo sem precedentes de “parques e jardins que influenciou diversas paisagens na Europa”. (UNESCO, 2014, p.24)

A cidade está inserida no distrito de Lisboa, e o recorte inscrito na Lista do Patrimônio Mundial possui cerca de 946 hectares (UNESCO, 2015). Na Vila de Sintra, como era conhecida, destaca-se a vida rural que predominou durante muito tempo e a urbanização marcante, decorrente da proximidade com a capital portuguesa, criando na cidade uma grande harmonia entre infraestruturas muito características da vida urbana e a sensibilidade das áreas verdes preservadas e protegidas da ação antrópica, como o Parque Natural de Sintra-Cascais (Figura 8). (DUARTE, 2010)



**Figura 8 - Parque Natural de Sintra-Cascais.**  
(Fonte: UNESCO, 2015)

Quando o Comitê do Patrimônio Mundial criou a categoria de Paisagem Cultural, em 1992, Portugal imediatamente acolheu o conceito, e no ano de 1995, o ICOMOS<sup>8</sup> elaborou um relatório que analisava a situação da “*Serra e Cidade de Sintra*”, que possuía “uma paisagem natural e histórico-cultural sublime, adaptável às necessidades modernas, sem com isso perder a identidade” (DUARTE, 2010, p.33), fazendo de Sintra o primeiro bem da Europa, dentro dessa nova tipologia de preservação. (UNESCO, 2014)

O seu valor paisagístico, aliado à história que ao longo dos séculos prestigiou a Vila de Sintra como sendo um local de veraneio e passeio, foram alguns dos aspectos tidos em conta para que, a 6 de Dezembro de 1995, a UNESCO integrasse Sintra na Lista de Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural. (DUARTE, 2010, p.24)

A totalidade do Concelho de Sintra, e uma porção do Concelho de Cascais, são influenciados pelas políticas de preservação da paisagem cultural, mas boa parte dessa área se encontra classificada como “zona tampão” ou como “zona de transição”, que existem para preservar o entorno imediato e assegurar a fruição de qualidade da paisagem preservada, assim como acontece na cidade do Rio de Janeiro (Figura 9).

Considerando o seu valor patrimonial, foram abrangidas, sob o título de Paisagem Cultural propriamente dito, as freguesias a seguir:

- Freguesia de Santa Maria e São Miguel: Com 11,53km<sup>2</sup> e 4.274 habitantes respectivamente, detém como atrações patrimoniais o Convento da Trindade, a Quinta do Saldanha e a Igreja Paroquial de Santa Maria.

- Freguesia de São Martinho: Extremamente importante e simbólica, tendo 5.907 habitantes e 24,28 km<sup>2</sup> de área, é nesta freguesia que se encontra a maior parte do património reconhecido pela UNESCO como, por exemplo, o Parque da Pena, o Palácio de Monserrate, a Quinta da Regaleira, o Convento dos Capuchos e a Igreja da Nossa Sra. da Misericórdia. É também na freguesia de São Martinho que está localizado o Centro Histórico.

- Freguesia de São Pedro de Penaferrim: É a freguesia com maior número de habitantes. O seu interesse arquitetónico integra o Palácio da Pena, o Chalet da Condessa d’Elda e o Castelo dos Mouros.

- Freguesia de Colares: É a freguesia Património da Humanidade que detém a maior área. Devido ao Convento do Carmo, torna-se também relevante na classificação da UNESCO. (DUARTE, 2010, p.27)

---

<sup>8</sup> Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

“[...] controla a situação em que se encontram os locais Património da Humanidade, tendo como principais funções ‘avaliar os bens propostos para inscrição na Lista do Património Mundial, assegurar o acompanhamento do estado de conservação dos bens do Património Mundial possuidores de valor cultural, analisar os pedidos de Assistência Internacional apresentado pelos Estados Parte e dar o seu contributo e apoio às atividades de reforço das competências’ (UNESCO, 2008 *apud* DUARTE, 2010, p.32).”



**Figura 9 - Recorte português inscrito na Lista do Patrimônio Mundial.**  
(Fonte: ISIDRO, 2015)

No que diz respeito às categorias apresentadas na tabela 2, não foram encontradas informações sobre a classificação, mas com base nos estudos, acredita-se que as categorias (i) representadas pelo Parque e Palácio da Pena (Figura 5), ou ainda o Parque e Palácio Monserrate (Figura 10), além de outros; (ii) subcategoria de paisagem contínua, representada pelo Castelo dos Mouros, e sua morfologia peculiar

formada por associação com ambiente natural (Figura 11); e (iii) paisagem associativa, representada por vários elementos modificados pelo homem, e cujas imagens projetaram a cidade e a cultura de Sintra pelo mundo, como é o caso do Palácio Real (Figura 12), sem dúvida, a característica arquitetônica dominante de Sintra, possui o interior ladeado com azulejos, que se notabilizam como uma das características técnicas mais importantes da Península Ibérica. (UNESCO, 2015)



**Figura 10 - Palácio e Parque da Pena.**  
(Fonte: ISIDRO, 2015)



**Figura 11 - Palácio e Parque Monserrate.**  
(Fonte: ISIDRO, 2015)



**Figura 12 - Parque Nacional de Sintra, com o Palácio Real, a cima, e o Palácio dos Mouros, abaixo.**  
(Fonte: ISIDRO, 2015)

Os critérios, especificados na tabela 3, que justificaram e embasaram a inscrição da cidade como Paisagem Cultural nessas categorias, são (ii), o (iv) e o (v), respectivamente expostos a seguir:

Exibir um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural no mundo, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, urbanismo ou projeto paisagístico; ou (UNESCO, 2009, p. 21)

Ser um excelente exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou paisagístico, que ilustre uma fase significativa da história humana; ou (UNESCO, 2009, p. 21)

Ser um exemplo notável de um estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que é representante de uma cultura (ou culturas), especialmente quando esta se tornou vulnerável sob impactos ou mudanças irreversíveis. (UNESCO, 2009, p. 21)

Para assegurar que o valor excepcional da paisagem cultural será assegurado, em 2000, foram criados os Parques de Sintra – Monte da Lua, SA (PSML)<sup>9</sup>, com a missão “compreender, proteger, restaurar, manter, divulgar, abrir o patrimônio natural e cultural à fruição pública e, também contribuir para a salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural de Sintra” (ISIDRO, 2015, p.5).

Entre outras atividades, a PSML, aliada a um conselho científico, corpo de consultores, universidades e laboratórios, traça estratégias para a sustentabilidade do patrimônio, como a criação de pontos de interesse turístico através do restauro e manutenção dos Parques e Palácios, e oferecer melhores serviços aos visitantes; sempre partindo do princípio de um ciclo: patrimônio restaurado gerando mais visitantes e mais receitas.

Entre os anos de 2009 e 2014, a PSML desenvolveu vários projetos e intervenções, apoiados em sua equipe técnica, que define os requisitos dos projetos, supervisiona e acompanha a execução das obras. Entre esses projetos estão a gestão de áreas florestais através do combate a espécies invasoras; e o restauro de patrimônios construídos<sup>10</sup>, parques e jardins históricos, como o Chalet da Condessa d’Edla, parques e jardins históricos. (Figura 13)

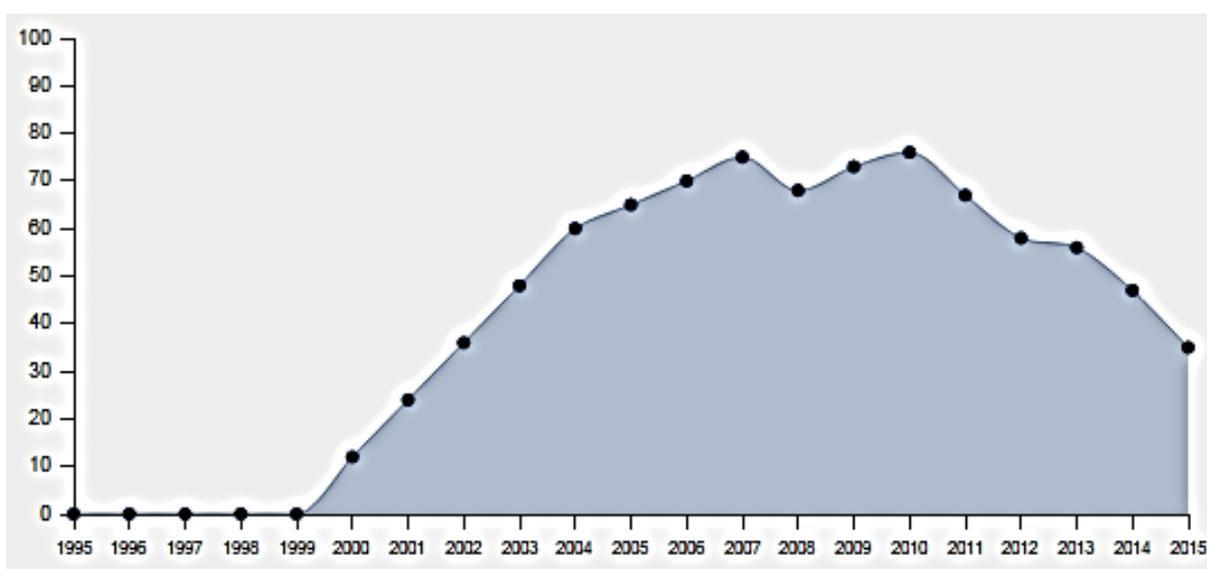
<sup>9</sup> Empresa de capitais exclusivamente públicos, que visa reunir as principais instituições responsáveis pela proteção, restauro e conservação da Paisagem Cultural de Sintra. (ISIDRO, 2015, p.4)

<sup>10</sup> Embora quase todo o patrimônio edificado tenha sido destruída no terremoto de 1755, existem alguns edifícios judiciais e militares pendentes, exemplos de arquitetura religiosa e dos sítios arqueológicos. (UNESCO, 2015)



**Figura 13 - Restauro e reintegração das pinturas do interior do Chalet da Condessa d'Edla 2012.**  
(Fonte: ISIDRO, 2015)

Além disso, a UNESCO faz visitas periódicas para fiscalizar a conservação da paisagem, e produz um relatório. No Gráfico 1, pode-se observar a frequência (coluna) com que a instituição tem vistoriado Sintra nos últimos anos (linha). Apenas em 2007, o Comitê do Patrimônio Mundial fez 70 relatórios sobre a paisagem de Sintra, tudo isso para assegurar a adequada preservação do local.



**Gráfico 1 - Relatório x Ano, sobre a conservação da Paisagem Cultural de Sintra, Portugal.**  
(Fonte: UNESCO, 2015)

### 3.3 Roteiros Nacionais de Imigração, Santa Catarina, Brasil

Em um exemplo mais próximo, o Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, destacou-se entre as paisagens brasileiras. No ano de 1983, depois de uma das maiores enchentes enfrentadas pela região, um inventário começou a ser elaborado para listar as edificações de maior relevância. Dentro do rol de patrimônio presente na região, boa parte foi construída pela influência dos imigrantes alemães, italianos e poloneses.

Durante esse trabalho destacaram-se as paisagens rurais (Figura 14), com suas pequenas propriedades edificadas, que se estendiam ao longo das estradas, as quais permitiram a colonização dessa região, pois essas “romperam o isolamento que envolvia a região sul do estado” (LUCA *et al.* 2012, p.6), e fizeram com que patrimônio da região crescesse como uma “mescla de tradições e conhecimentos, oriundos de diversos continentes, adaptados às condições históricas, culturais e geográficas locais.” (SOUZA, 2011, p. 59)

A chegada e o desenvolvimento das colônias de imigração estiveram diretamente relacionadas com a abertura de vias de circulação e com a introdução de diversos meios de transporte, os quais agilizaram a dinâmica econômica regional. (LUCA *et al.* 2012, p.5).



Figura 14 - Estrada acompanhando o curso d'água, típico das estradas coloniais, e implantação do conjunto.  
(Fonte: IPHAN, 2008)

Até 2006, esse inventário, realizado como uma parceria do IPHAN, da Fundação Catarinense e das prefeituras, possuía mais de mil propriedades catalogadas (WEISSHEIMER, 2012, p.6). Por conseguinte, entende-se por que o projeto Roteiros Nacionais de Imigração engloba mais do que um município. Entre os mais estudados estão:

Blumenau, Pomerode, Timbó, Benedito Novo, Indaial, Ascurra, Rodeio e Rio dos Cedros, todos representativos da Colônia Blumenau; Joinville, Campo Alegre e São Bento do Sul, todos integrantes da antiga Colônia Dona Francisca; além de Jaraguá do Sul, (Sociedade Colonizadora Hanseática) e Brusque e Guabiruba – da Colônia Brusque. No norte do estado, Mafra e Itaiópolis tiveram seus imóveis principais inventariados. No sul do estado, derivados da Colônia Azambuja, foram pesquisados Urussanga, Nova Veneza, Pedras Grandes e Orleans. (SOUZA, 2011, p. 58)



**Figura 15 - Conjunto Urbano de Itaiópolis.**  
(Fonte: IPHAN, 2008)

Quando o inventário foi concluído, em 2007, e os processos de tombamento devidamente encaminhados, as discussões sobre paisagem cultural no Brasil ainda eram incipientes, e ainda assim no “dossiê de tombamento propunha também o reconhecimento como paisagem cultural dos núcleos rurais de Texto Alto (em Pomerode) e Rio da Luz (em Jaraguá do Sul)”. (WEISSHEIMER, 2012, p.6). (Fig. 16)

Dessa maneira, o processo de tombamento dos bens relacionados à imigração se deu em duas etapas, a de 2007, e em 2011, finalmente, o Conselho Consultivo

do Patrimônio Cultural aprovou a primeira paisagem chancelada como Paisagem Cultural Brasileira. O “Projeto Roteiros Nacionais de Imigração”, passou a ser protegido se-gundo a Portaria 127/2009.



A característica dominante na implantação dessas colônias eram os lotes de testada estreita, ao longo das vias e próximo dos rios, e a arquitetura caracterizada por edificações próximas do alinhamento, com aspectos próprios de cada região e de cada tipo de imigração influente. Sobre os atributos da paisagem:

Muitas dessas colônias fixaram-se isoladamente, formando as chamadas ilhas culturais e guardando muito do patrimônio dos pioneiros e de seus descendentes. Paisagens urbanas e rurais, que mesclam elementos naturais – da fauna, da flora e da geografia – e áreas de cultivos e pastagens; arquitetura, técnicas, materiais e detalhes construtivos; conhecimentos agrícolas, culinária, festas, tradições, estórias, folclore, dialetos, saberes e fazeres em geral fazem parte do vasto patrimônio cultural do interior de Santa Catarina. Estudiosos alemães consideram que o patrimônio germânico mais importante do mundo, fora da Europa, está em Santa Catarina. O legado de portugueses, afrodescendentes, italianos, poloneses, ucranianos, austríacos, húngaros e russos, entre outros, é também um dos mais significativos. (IPHAN, 2007 *apud* SOUZA, 2011, p. 61).

Entre as obras tombadas, encontram-se a Igreja Santo Estanislau, em Itaiópolis (Figura 17) uma das principais construções polonesas do país (IPHAN SC, 2015), tombada na primeira etapa, em 2007, considerada importante, pois as igrejas caracterizavam-se como os únicos elementos verticais da paisagem; a Casa de Pedra da Família Bratti, em Nova Veneza, exemplar a arquitetura italiana, com volumes sóbrios e simétricos com proporções clássicas (Figura 18), tombada na segunda etapa, juntamente com a chancela da Paisagem Cultural; a Casa Buba, de ornamentação com elementos de madeira, como lambrequins, seguindo o padrão de predominância desse material nas edificações ucranianas (Figura 19); e Casa Hardt, em Pomerode, feita em enxaimel<sup>11</sup>, que é a principal característica da arquitetura de influência alemã, além de telhados com grandes inclinações (Figura 20), tombada na primeira etapa. (IPHAN, 2008, p.12)

---

<sup>11</sup> Estrutura com peças de madeira encaixadas entre si em posições horizontais, verticais ou inclinadas com preenchimento, geralmente, em tijolos (muitas vezes aparentes) ou mesmo taipa. (IPHAN, 2008, p. 12)



**Figura 17 - Igreja Santo Estanislau, em Itaiópolis.  
(Fonte: IPHAN, 2008)**



**Figura 18 - Casa de Pedra da Família Bratti, em Nova Veneza.  
(Fonte: IPHAN, 2008)**



**Figura 19 - Casa Buba**  
(Fonte: IPHAN, 2008)



**Figura 20 - Casa Hardt, em Pomerode.**  
(Fonte: IPHAN, 2008)

Para assegurar a preservação desse patrimônio, em 2007, simultaneamente aos tombamentos, foi assinado o Acordo de Cooperação, que tinha como objetivo “oficializar o projeto Roteiros Nacionais de Imigração entre os signatários” (WEISSHEIMER, 2012, p.6), isto é, IPHAN, ministérios da Cultura, do Turismo e do Desenvolvimento Agrário, o Governo do Estado, entre outros; e estabelecer “linhas de ação a serem seguidas por cada parceiro no prazo de cinco anos renováveis” (WEISSHEIMER, 2012, p.6).

Esse projeto tratava dos Roteiros Nacionais de Imigração como excepcional, que aliava turismo, desenvolvimento agrário e preservação do patrimônio dos municípios participantes. Entre as ações acordadas estavam a:

“[...] criação, pelos municípios, de centros de referência e vendas de produtos tradicionais, que serviriam de apoio aos visitantes interessados em

conhecer os roteiros de cada cidade; a criação e implementação de leis municipais de proteção do patrimônio cultural e de um fundo municipal de preservação; a destinação de ao menos um técnico por município para a gestão do projeto; o permanente envolvimento das secretarias de cultura, turismo e agricultura e a complementação, no que coubesse, dos inventários. À instância estadual caberia, especialmente, a inserção do projeto nos seus roteiros turísticos, com produção de guias e material de divulgação. Ao IPHAN a finalização dos estudos de tombamento e paisagem cultural, a alocação de recursos para a restauração de imóveis protegidos e a articulação institucional com os demais órgãos do governo federal.” (WEISSHEIMER, 2012, p.6).

Segundo o IPHAN (2007 *apud* SOUZA, 2011), a preservação do patrimônio edificado deve ser o ponto de partida para uma ação que contemple também, de forma mais ampla, as paisagens urbanas, rurais e as tradições imateriais. O caso de Santa Catarina é muito pertinente nesse sentido, já que as tradições como dança e canto também se preservam nessas colônias, e a escolha pela categoria de paisagem cultura se deu pela “inviabilidade de se propor apenas a preservação da arquitetura em um meio de diversas outras manifestações culturais” (SOUZA, 2011, p.62)

### 3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CASOS ANALISADOS

Embora alguns casos se assemelhem em alguns aspectos, buscou-se exemplos que representassem uma realidade diferente em seus locais específicos - o Rio de Janeiro como a primeira cidade a ser enquadrada na categoria de Paisagem Cultural em nível mundial; Sintra, como a primeira paisagem cultural da Europa em nível mundial; e finalmente a região catarinense, como a primeira cidade chancelada como paisagem cultural em nível nacional. Os casos demonstram que existem diversos modos de se abordar o tema e várias maneiras de garantir a preservação das áreas patrimoniais.

No caso do Rio de Janeiro, pode-se observar uma cidade que se destaca pelo rompimento com a lógica de preservação de sítios vinculados à era colonial, demonstrando que uma cidade moderna, moldada ao longo dos anos, pode aliar natureza e construções, incorporando-se ao imaginário da sociedade que a rodeia, tornando-se motivo de orgulho e de referência internacional. E, ainda, aliar inovações de uso, sem tornar a cidade cristalizada, preservando seus bens valiosos e garantindo que todos possam usufruir de sua paisagem.

Em Sintra, a preservação do passado alia-se à modernização da cidade, sem perder a carga histórico-cultural para a formação da região, representado por suas edificações de valor excepcional. São provas de certa época da Humanidade, isto é, uma adequada mistura de memória e invenção, que fez com que a manutenção dessa paisagem surgisse da iniciativa pública, com o objetivo de promover a fruição adequada a visitantes e moradores.

Na paisagem cultural das rotas de imigração de Santa Catarina, a maior em escala, englobando muitos municípios em um só projeto, propõe a preservação não somente da paisagem, ou das edificações de valor excepcional, mas das tradições que se perpetuaram nesses espaços, demonstrando que a espacialidade é tão importante para a manutenção das culturas imateriais e materiais.

Mais importante do que se procurar um enquadramento em categorias, segundo os moldes internacionais ou mesmo nacionais, é o que se pode extrair de importante dessas propostas. Para isso, criou-se uma tabela (Tabela 4) para resumir as principais características de cada um dos estudos de caso. Nesse quadro, comparam-

se as escalas de intervenção, os contextos de cada área e os objetivos de cada proposta, para subsidiar as diretrizes do projeto de paisagem cultural da Estrada da Graciosa.

Tabela 4 – Síntese das principais características de cada Estudo de Caso  
(Fonte: A autora, 2015)

NOME	LOCAL	ÁREA	CONTEXTO	OBJETIVOS	AFASTAMENTO DO TEMA	APROXIMAÇÃO DO TEMA
Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar	Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil	7,25 ha	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área de declive, com ocupação urbana consolidada, e edificações de interesse de preservação.</li> <li>Primeira paisagem cultural.</li> </ul>	Proteger paisagem carioca que inspirou muitas manifestações culturais, e garantir a perpetuação daquilo que projetou a cidade internacionalmente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem proposta de intervenção consolidada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uso de instrumentos urbanísticos;</li> <li>Paisagem Cultural reconhecida;</li> <li>Plano de gestão e desenvolvimento;</li> </ul>
Serra e Cidade de Sintra	Cidade de Sintra, distrito de Lisboa, Portugal	946 ha	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cidade histórica, com escala internacional.</li> <li>Primeira paisagem cultural europeia.</li> </ul>	Preservar o patrimônio, prova de uma época da história e garanti melhor estrutura para sua fruição.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouca diversidade de usos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação popular;</li> <li>Valorização dos aspectos simbólicos do patrimônio;</li> <li>Promoção Cultural;</li> <li>Paisagem Cultural reconhecida;</li> </ul>
Roteiros Nacionais de Imigração	Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brasil	Informação não disponível.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas diversificadas, e em diferentes municípios, e é abrigo de muitas manifestações culturais imateriais.</li> <li>Primeira paisagem cancelada no Brasil.</li> </ul>	Preservar os resquícios das colonizações europeias, tanto material quanto imaterial, especialmente depois de um fenômeno natural, com a enchente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escala;</li> <li>Sem proposta de intervenção consolidada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização dos aspectos simbólicos e imateriais do patrimônio;</li> <li>Promoção Cultural;</li> <li>Paisagem Cultural reconhecida;</li> </ul>

#### **4 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE: ESTRADA DA GRACIOSA**

Este capítulo tem por objetivo caracterizar o objeto de estudo do trabalho, a Estrada da Graciosa, através de uma metodologia de interpretação do espaço e da análise dos casos correlatos, apresentados no capítulo 3. Para alcançar esse objetivo, serão analisados aspectos institucionais, socioeconômicos, físico-naturais e históricos. Serão também analisados aspectos paisagísticos e arquitetônicos, presentes nos capítulos anteriores, aplicados ao objeto de estudo.

Foram utilizadas fontes bibliográficas disponíveis sobre o local, documentos elaborados pelo IPPUC, IPHAN, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), além de visitas em campo e registro fotográfico. Outro instrumento utilizado foi a elaboração de um Inventário de Conhecimento, detalhado em subcapítulo próprio, que buscou organizar as informações disponíveis.

## 4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

### 4.1.1 ORIGEM

Na baía de Antonina, mais especificamente na foz do rio Faisqueira, situava-se uma pequena ilha com uma convidativa vegetação tropical, que chamava a atenção dos homens que trabalhavam nas margens do rio, de onde derivou o nome de Graciosa. A Ilha da Graciosa, atualmente conhecida como Ilha do Corisco, espalhou seu nome pelos arredores - o próprio rio Faisqueira algumas vezes foi chamado de “rio da Graciosa” (MOREIRA, 1975). É como se refere a ele Ouvidor Pardinho em seus provimentos, citados mais à frente –, e a própria cidade de Antonina já foi conhecida como Nossa Senhora do Pilar da Graciosa. Esse nome subiu a serra para o planalto com uma trilha de nome “Estrada da Graciosa” – a primeira estrada construída no Paraná (BARBOSA, 1969) –, e ao chegar a Curitiba, batizou também a rua por onde passou, até ser substituída pelos nomes de Cândido de Abreu, João Gualberto, Caetano Munhoz da Rocha e Erasto Gaertner (MOREIRA, 1975).

As informações sobre as trilhas que davam acesso aos campos de Curitiba pelos primeiros exploradores em busca de ouro e índios são raras, mas acredita-se que a antiga trilha da Graciosa foi a primitiva comunicação entre o litoral de Paranaguá e os campos planaltinos. A primeira informação concreta é dada pelo Ouvidor Rafael Pires Pardinho, quando descreveu a criação de um caminho que seguisse pelo rio da Graciosa e ligasse a reserva de Jaguarapira, localizada no entorno do Parque Estadual da Serra da Baitaca, no município de Quatro Barras, à serra do Órgão, que compõe a serra do Mar e abriga o Pico do Paraná, ponto mais alto do Estado, com 1900 metros de altura (GOOGLE, 2015). Ouvidor Pardinho diz em seus provimentos de 1721:

“[...] que suposta a notícia que há de se pode abrir caminho entre Jaguarapira e os Órgãos que vai sair do rio da Graciosa, por onde dizem já antigamente se andou com mais suavidade que pelo caminho que hoje se frequenta. Os juízes e oficiais da Câmara (aberta a picada que se entenda) apelando a todos os moradores desta vila seu termo vão abrir o dito caminho e fazer nele a estrada por donde todos se possam servir, porque ainda que neste caminho haja as mesmas subidas de serras e morros que experimentam no caminho que hoje se frequenta sempre será mais conveniente ao bem

comum por evitarem as hitahupabas, desgraças e riscos que há no rio Cubatão.

Proveu ainda que no caso que se abra o dito caminho pelo rio da Graciosa os juizes e officias da Câmara façam as suas posturas e acórdão com as penas convenientes em que proibam que por ele se não leve gado vacum e éguas e cavalos de manada para a vila de Paranágua, pela grande destruição que costumam fazer nos caminhos, os quais então se conduzirão pelo caminho que hoje há pelo rio do Cubatão [...]” (MOREIRA, 1975, p.261)

Nas margens dessa trilha que partia do rio da Graciosa (Curitibaíba) e subia para o planalto pelo vale do rio Itupava, até as cabeceiras do rio Taquarí, criou-se um povoado conhecido como Arraial Queimado, localizado onde hoje é o município de Bocaiúva do Sul; ele servia aos mineradores como refúgio social e de segurança. Romário Martins se refere a ele dizendo que “o Arraial Queimado foi o primeiro núcleo de povoação ao poente da serra do Mar” (MOREIRA, 1975, p. 262). Apesar das informações inexatas de quando e quanto tempo esse povoado existiu, sabe-se que assim como a trilha antiga do caminho descrito pelo Ouvidor Pardinho, o povoado teve pequena duração, pois seu fundador Gabriel de Lara, depois de fundá-lo em 1646, abandonou-o antes de 1653 em benefício do caminho do Itupava<sup>12</sup>, levando também ao êxodo dos mineradores que ali viviam.

Apenas em 1721, o Ouvidor Pardinho recomendou a reabertura do caminho - como descrito no trecho anteriormente citado -, e em 1738 o Ouvidor Manoel dos Santos Lobato executou os provimentos de Pardinho, segundo a determinação de Gomes Freire de Andrade, então governador das províncias subordinadas a São Paulo. Da antiga trilha dos mineradores foi aproveitado, apenas, o trecho entre o alto da serra e o rio São João (MOREIRA, 1975), pois as providências tomadas por Gomes Freire tinham a intenção de facilitar a movimentação entre o planalto e o litoral em caso de ataque espanhol, uma vez que a coroa portuguesa passava por ameaças do governo da Espanha. Essa via novamente teve uma permanência efêmera, mantendo-se ativa enquanto o Ouvidor Lobato estivesse na comarca de Paranaguá, até 1741.

---

<sup>12</sup> “[...] caminho do Itupava começava onde hoje se localiza o Largo do Bittencourt, junto ao Círculo Militar, em Curitiba, e rumava para leste, em direção à serra, atravessando extensos campos suavemente ondulados, semeados de bosques de pinheiros e de matos ralos. Transpunha os ribeirões Belém e Juvevê, até encontrar-se com o rio Bacacheri, a partir do qual o trajeto era montanhoso e intercalado de matas e pasto, subindo para o Bairro Alto até o divisor das águas e descendo até o ribeirão Atuba. Daí seguia para Borda do Campo, atravessava a campina e seguia para a Serra do Mar.” (SCHMIDIN *et. All*, 2009, p.17)

Durante cerca de um século, a estrada passou por inúmeras aberturas e posteriores fechamentos, e sobreviveu a disputas políticas e jurídicas entre as Câmaras de Curitiba e a Vila de Antonina, que insistiam que caminho fosse aberto, e Morretes e Paranaguá, que tentavam impedir a todo custo que a comunicação fosse feita pelo caminho da Graciosa, pois até a sua abertura, o caminho do Itupava - apesar de íngreme, perigoso e mal conservado - foi a principal via de comunicação entre o litoral e o planalto curitibano. Assim escreveu o historiador Ruy Wachowicz:

“A estrada da Graciosa, ligava Curitiba a Antonina, passando longe de Morretes. Ora, tal projeto afastaria o comércio, pois os tropeiros que por ela transitassem se abasteceriam na praça de Antonina, com grande prejuízo para Morretes; Antonina levava vantagem como porto, por ser marítimo e poder receber navios. O mesmo, porém, não ocorria com Morretes, pois era fluvial. A navegação pelo rio Nhundiaquara fazia-se em canoas até Paranaguá (...). A cidade de Paranaguá preferia que se utilizasse o porto de Morretes, porque as mercadorias que desciam do planalto a esse porto eram exportadas por Paranaguá (...).” (SCHMIDIN *et. al*, 2009, p.18)

Em decorrência das disputas entre essas cidades, a chamada “guerra dos portos” acabou atrasando a abertura definitiva de uma boa estrada ligando o litoral ao planalto, que se fazia essencial para escoar a produção da economia ervateira, no seu ápice durante as primeiras décadas do século XIX. Quase 25 anos depois, em 1854, com emancipação da Província, que antes era comarca de São Paulo, os trabalhos se iniciaram no caminho, permitindo a passagem de carros e tropas que levassem as cargas para os portos. Em 1873, estava concluída a Estrada da Graciosa, sob supervisão do engenheiro Antonio Monteiro Tourinho. As obras da estrada custaram cerca de 1 mil e 500 contos de réis e tinha 85 quilômetros de extensão, ligando o planalto ao litoral, e no final delas a estrada já tinha alçado seu *status* de carroçável para veículo a motor, quando ela foi macadamizada<sup>13</sup>.

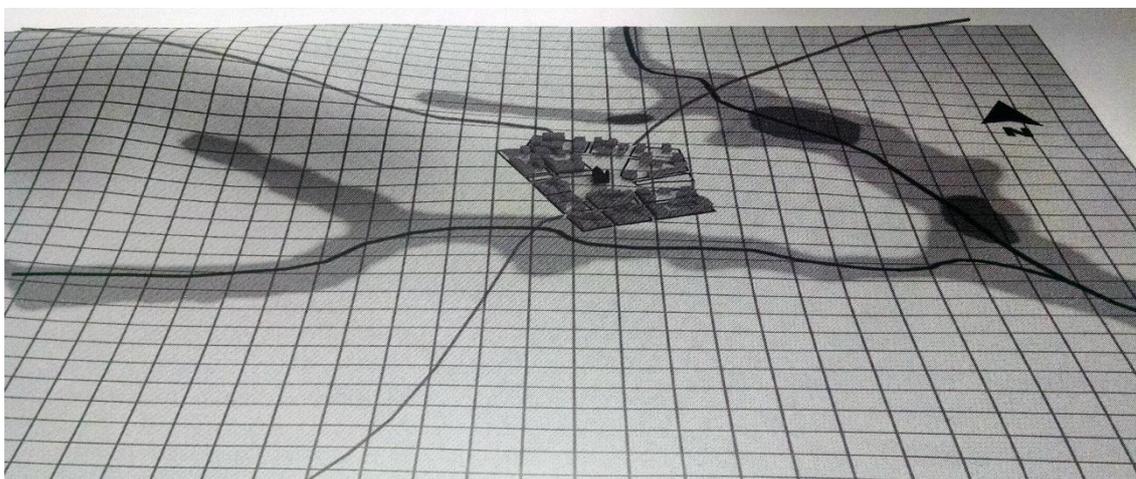
---

<sup>13</sup> Macadame: Camada de pavimento constituída por uma ou mais camadas de agregados graúdos com diâmetro variável, compactadas, com as partículas firmemente entrosadas umas às outras, e os vazios preenchidos por material de enchimento, com ajuda lubrificante da água. (Norma do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, de 2009, sobre Pavimentos Flexíveis – Macadame Hidráulico – Especificação de Serviço)



#### 4.1.2 EVOLUÇÃO URBANA DE CURITIBA

Como citado no subcapítulo anterior, 4.1.1 Origem, Arraial Queimado foi o primeiro núcleo de ocupação do planalto curitibano, em cerca de 1650, mas a exploração do ouro não se mostrou um recurso rentável para o local. Sendo assim, no fim do século XVII, essa população se mudou para o meio de dois rios (Ivo e Belém), formando um núcleo de habitações e atividades essenciais, como por exemplo, a Câmara Municipal, ao redor da capela e sua praça, conhecida hoje como a Praça Tiradentes. (Figura 22)



**Figura 22 - Simulação de Curitiba na Passagem para o Século XIX, um núcleo urbano em torno do Largo São Francis-co, entre os rios Ivo e Belém. (Fonte: DUDEQUE, 2011, p.19)**

A ocupação dos campos de Curitiba guardou características em sua malha urbana da implantação entre os rios, e sua topografia ímpar, e dos caminhos existentes, que serviam de trilhas para os índios, desde cerca do ano de 1200 (DUDEQUE, 2010). Em 1721, quando chegou a Curitiba o Ouvidor Rafael Pires Pardiniho, sua primeira ação foi criar o Livro do Tombo, com a finalidade de prover diretrizes que levassem ao correto funcionamento dos órgãos municipais e do desenho urbano, com quadras retilíneas e adensadas, com casas de paredes contiguas. (GARCEZ, 2006)

No ano de 1829, um novo Código de Posturas não se diferenciava muito daquele estabelecido por Pardiniho no que se refere às diretrizes para o desenho urbano das quadras - nesse momento as ruas deveriam ser retilíneas e em grade ortogonal, o que levou a várias desapropriações para o correto alinhamento das ruas. A primeira



já existentes, no sentido sudoeste, o Caminho de Castro, e no sentido nordeste, a Estrada da Marinha. (D'ANGELIS, 2012)

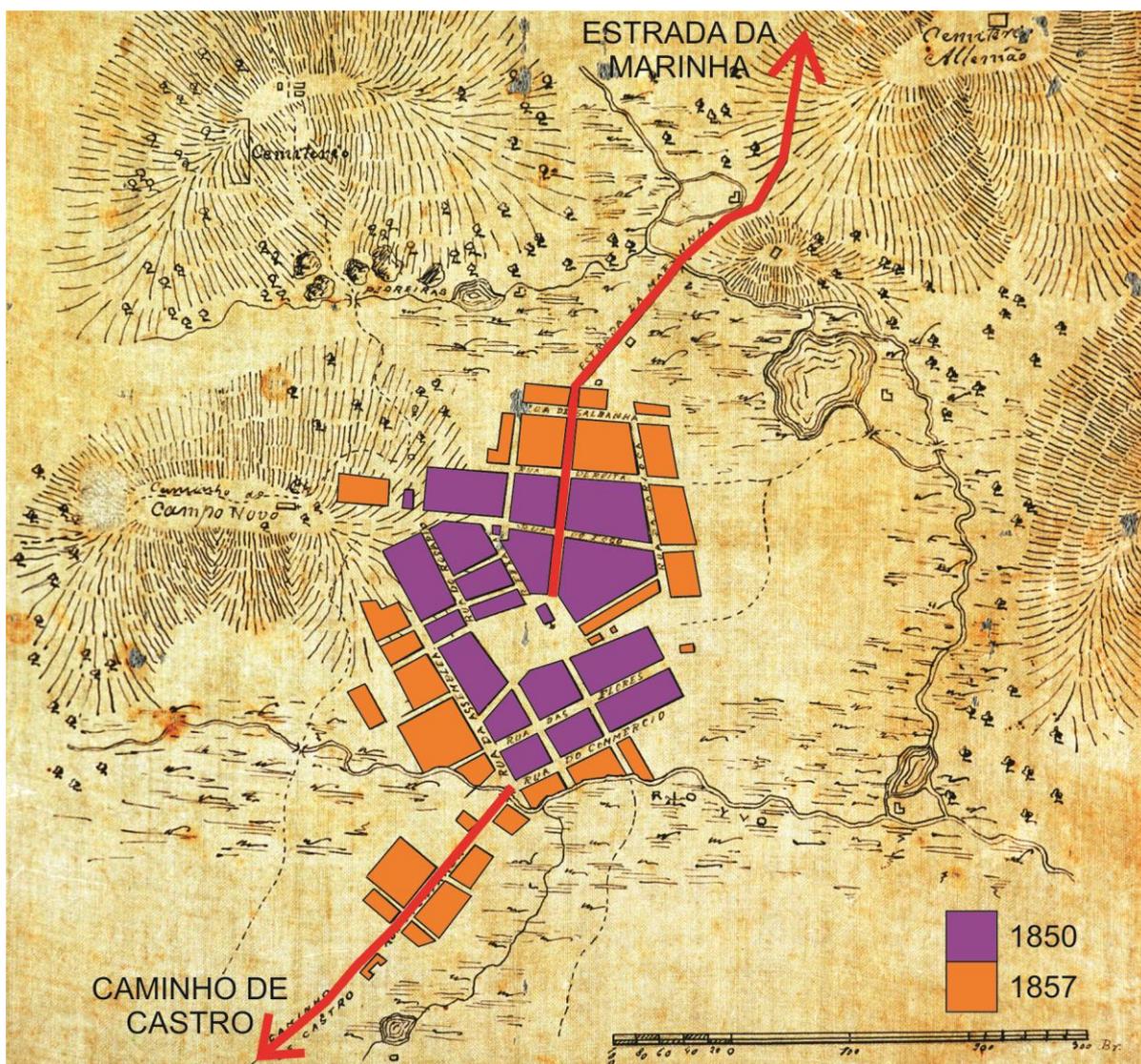


Figura 24 - Planta de Curitiba em 1857.  
(Fonte: Acervo Casa da Memória, 1996. Adaptado pela autora.)

Durante o século XIX, a atividade da produção da erva-mate marcou a história econômica de Curitiba, e trouxe consigo novas dinâmicas sociais e políticas. Engenhos da indústria ervateira foram fundados e, ao redor deles, residências de alto padrão foram instaladas, especialmente no Alto da Glória, no Boulevard 2 de Julho e no Batel (D'ANGELIS, 2012). Com o auge dessa política econômica, especialmente nas primeiras décadas do século XIX, as políticas provinciais se concentraram na construção de estradas que fossem capazes de escoar a produção sempre crescente.

Nesse contexto, iniciam-se as obras da estrada que ligaria Curitiba a Antonina, que demoraram 19 anos para serem concluídas. Pode-se observar na planta da capital, de 1894, que a antiga Estrada da Marinha já se transformou em Estrada da Graciosa, em operação desde 1873. (Figura 25)

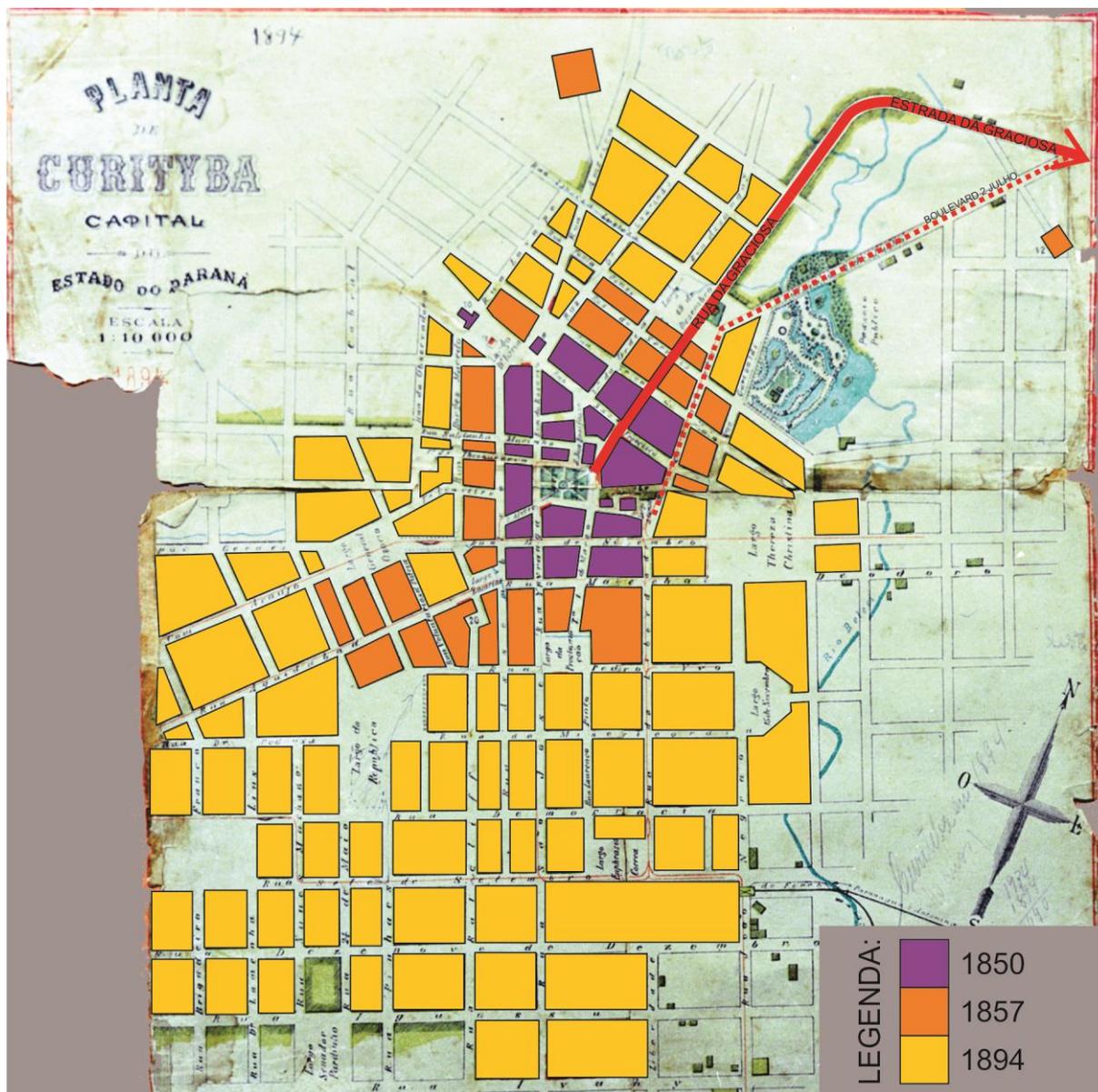


Figura 25 - Planta de Curitiba em 1894.  
(Fonte: Acervo Casa da Memória, 1998. Adaptado pela autora.)

Durante todo esse século, ocorreram mudanças significativas no núcleo urbano tradicional, especialmente com a instalação de estruturas urbanas, como a Estação Ferroviária, pois os caminhos da época – incluindo a Estrada da Graciosa –,

não se mostravam tão eficientes quanto antes para atender às demandas da economia corrente; e o início do transporte público, em 1883, com as primeiras linhas de bonde movidas a tração animal.

Curitiba entrava no século XX com a ideia do progresso que ia além da aumentar a sua população - objetivava-se expandir a ocupação urbana, trazer novas indústrias, como as de energia elétrica, que permitiram a iluminação pública e a substituição dos bondes a tração animal pelos elétricos; e ainda incentivar a cultura da cidade, sendo que nesse contexto, foi inaugurada em 1912 a Universidade (Federal) do Paraná.

Com esse surto de crescimento – já em 1900, Curitiba era terceira cidade mais populosa do Brasil (Garcez, 2006) – que tornou o sistema de saneamento insuficiente para a demanda da população, que já sofria com as recorrentes enchentes devido à localização da cidade entre os rios Ivo e Belém; e o declínio da economia ervateira, em decorrência da situação econômica estadual, federal e mundial durante o século XX – “Crack” da Bolsa de 1929, Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Para suprir os problemas causados durante esse período de recessão, um surto industrial assolou o país, especialmente durante a ditadura militar, e trouxe consigo a prática de implantar projetos de planejamento urbano nas cidades. No final da década de 1930, o urbanista Alfred Agache<sup>14</sup> estava no Brasil para orientar planos urbanísticos em outras cidades, como Rio de Janeiro. Curitiba se aproveitou da presença dele para encomendar seu primeiro plano diretor, elaborado em dois anos, de 1941 a 1943.

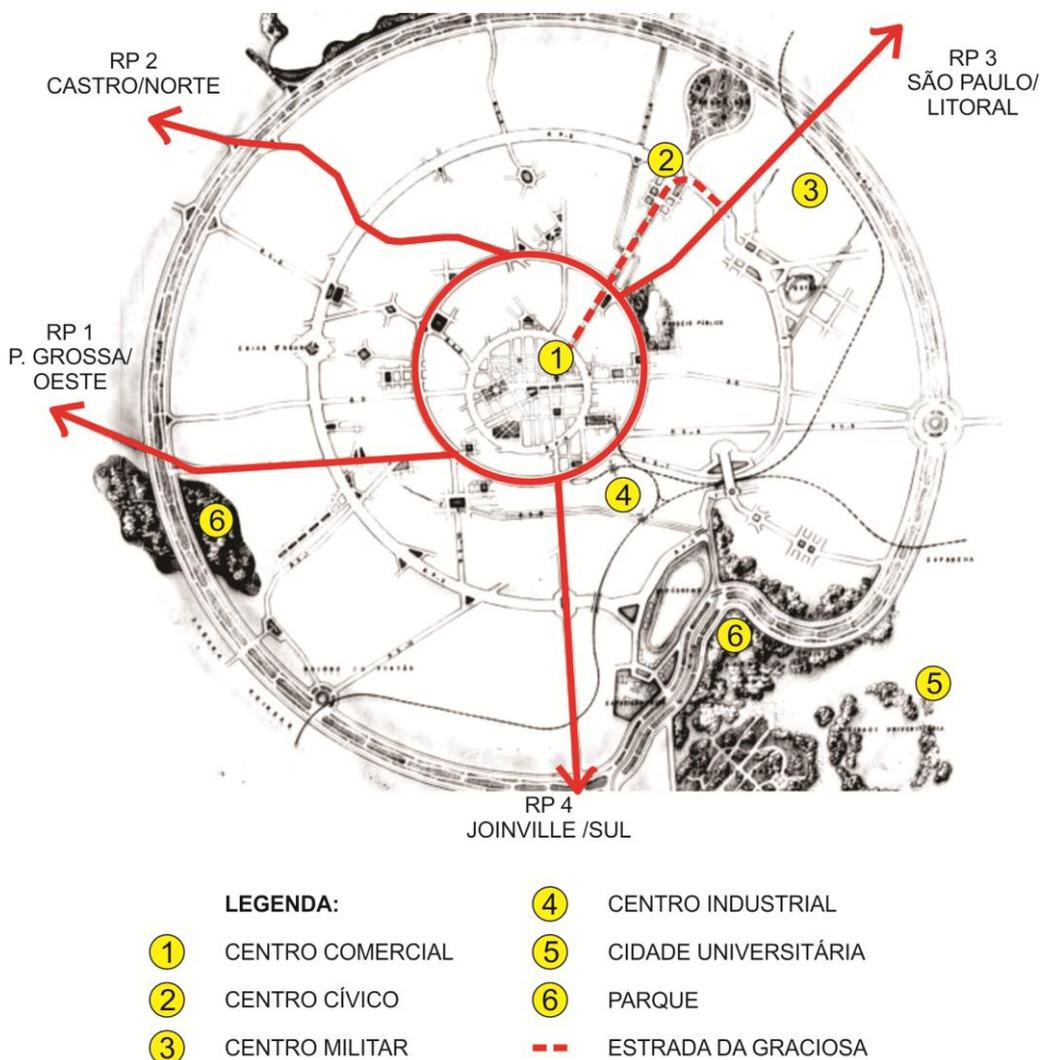
O Plano Agache previa soluções para o “descongestionamento” do trânsito - o Plano de Avenidas contava com três avenidas radiais que ligavam as quatro principais saídas da cidade (RP-1, RP-2, RP-3 e RP-4) com a estação rodoviária, antecipando problemas que deveriam acontecer segundo os prognósticos da equipe de elaboração. Além disso, previa a Minuta do Código de Obras; recomendações para a extensão do crescimento da cidade; e um zoneamento, onde definiam-se os espaços públicos e as áreas verdes, além da localização de centros funcionais (GARCEZ,

---

<sup>14</sup> Donat Alfred Agache nasceu na cidade de Tours em 1875, e faleceu em Paris no ano de 1959. Estudou na Escola de Belas Artes de Paris, e lecionou História da Arte no Colégio Livre de Ciências Sociais. Foi por muito tempo secretário geral da Société Française des Urbanistes (SFU). Elaborou planos de Urbanismo para Paris, Dunquerque, Portiers, Dieppe, Tours, Orleans, Chicago, Lisboa etc. Foi um dos primeiros urbanistas franceses que estudou a formação das cidades, compreendeu e analisou a transformação da arte urbana em Urbanismo através da técnica de planos de ordenamento e de extensão das cidades. (CARMO, 2012)

2006), que concentrariam certos tipos de atividades, entre eles estavam o Centro Cívico e o Centro Universitário, onde hoje se localiza o Campus Politécnico da Universidade Federal do Paraná. (Figura 26). Os altos custos que o plano geraria e devido à recessão que o pós-guerra acarretou, contribuíram para que apenas alguns projetos fossem concluídos.

“Muito do que se vê hoje, a localização do Centro Cívico, o Jardim Botânico, o Centro Politécnico, a rede de parques, a minimização das enchentes no centro da cidade, a Rodoferroviária, o Mercado Municipal, foi resultado de propostas que visualizaram, pela primeira vez, a cidade de uma forma integrada” (GARCEZ, 2006, p.78)



**Figura 26 - Esquema do Plano Agache.**  
(Fonte: Gazeta do Povo, 2011. Adaptado pela autora)

O que é importante dar ênfase, para o presente trabalho, é a criação do Centro Cívico, idealizado para centralizar um conjunto de edifícios dos poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário do Estado. Neste local, foram implantados o Palácio do Governo, a Assembleia Legislativa e o Tribunal do Júri (nos anos posteriores, o Tribunal de Contas e a Prefeitura Municipal). Uma avenida monumental foi construída para ligar o Centro Cívico à Praça Tiradentes, centro comercial e administrativo municipal, e no meio dela foi planejada uma praça com um conjunto de esculturas comemorativas, pois essas obras deveriam ficar prontas até a data do primeiro centenário da emancipação política, no dia 19 de dezembro de 1953. (GARCEZ, 2006)

Em cada uma das pontas da avenida ficaria um dos palácios do poder executivo, a Praça Tiradentes seria dominada pela prefeitura municipal, e o Centro Cívico pelo palácio do governo estadual, com seu conjunto de obras organizado ao redor de uma praça. (DUDEQUE, 2011) (Figuras 27 (A) e(B)).

A avenida monumental criada junto com o Centro Cívico, e hoje conhecida como Avenida Cândido de Abreu, era, antes das obras, a Rua da Graciosa, por onde se iniciava o caminho que ligava o centro comercial do município com o litoral.

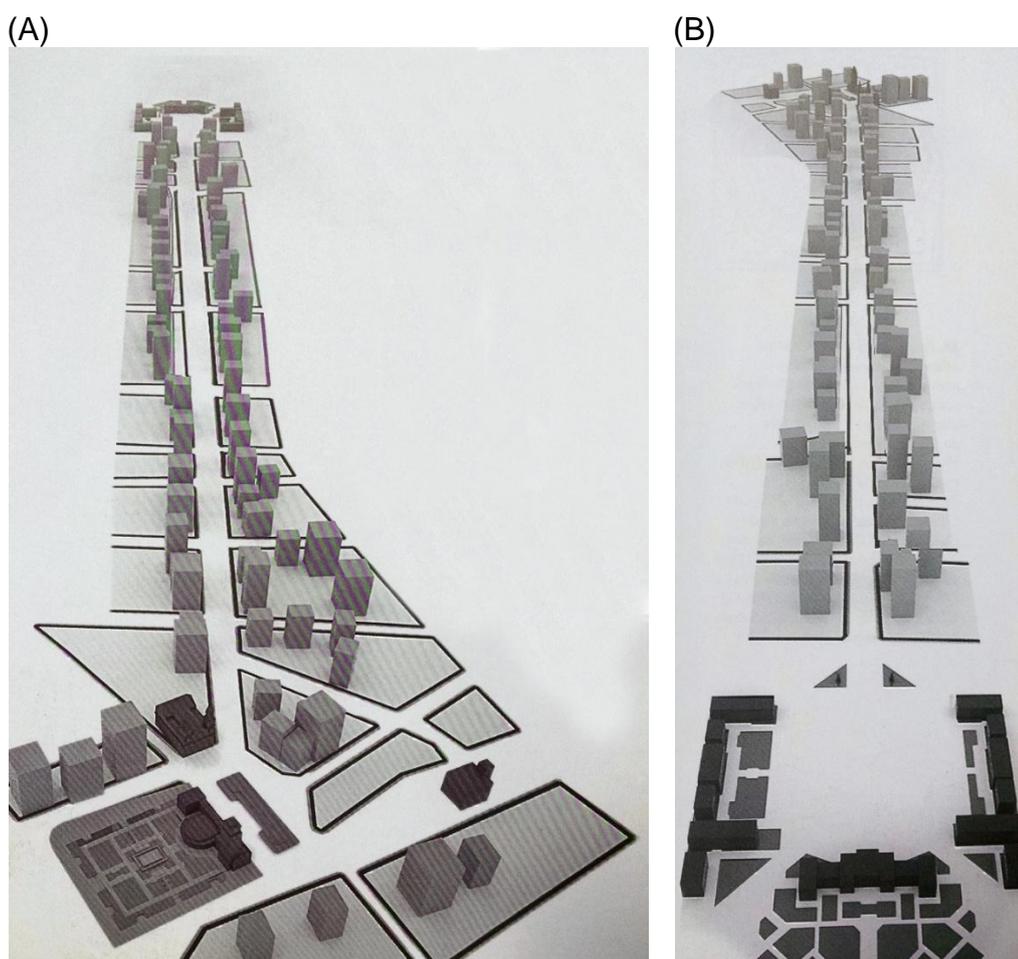


Figura 27 - Recriação Eletrônica de Curitiba, Avenida Monumental do Cívico (A) Visto da Pç. Tiradentes, (B) Visto do C. Cívico, entre os rios Ivo e Belém. (Fonte: DUDEQUE, 2011, 48-49)

Após 10 anos de implantação, a cidade de Curitiba vislumbrava um período de crescimento sem precedentes, que levou a cidade a ter 1.500.000 habitantes até o fim do século. Segundo o IPPUC (2004), isso se referia a um crescimento de 5,5% ao ano, gerando novos problemas que exigiam novas soluções, levando à obsolescência do Plano Agache. Por conseguinte, a Lei nº 1165 / 55 autorizou a revisão do plano.

O novo plano deveria seguir as cinco etapas definidas pela iniciativa estadual, que havia lançado o Plano SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mercado-lógicas Aplicadas aos Complexos Sociais. São elas (DUDEQUE, 2011):

- Identificação das potencialidades e carências da cidade;
- Elaboração do regulamento que reforçaria as potencialidades e minimizaria as carências;
- Realização de concurso entre as empresas;
- A empresa vencedora elaboraria o Plano Preliminar;
- Definição e promulgação do Plano Diretor.

A primeira etapa foi realizada pela empresa Serete Engenharia S.A., contratada em 1964 pela Prefeitura. Depois, em parceria com o escritório de Jorge Wilhelm, essa empresa ganhou o concurso para a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo da cidade de Curitiba, que deu base ao Plano Diretor, promulgado em 1966, sob a responsabilidade de implantação do recém-criado órgão de planejamento: o IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento da Curitiba (D'ANGELIS, 2012).

O novo plano alterou o modelo de crescimento da cidade, que não mais se organizaria de maneira radiocêntrica, como previa o Plano Agache, mas linear, na direção do centro para a periferia, ao longo de vias estruturais que priorizassem o transporte público, concentrariam as zonas de maior densidade do uso e ocupação do solo e onde se criariam novos centros, com características comerciais e de maior adensamento que o centro antigo.

É oportuno destacar a escolha das primeiras vias que receberiam os chamados Eixos Estruturais: no eixo norte-sul foi determinado que as ruas República Argentina e João Gualberto passariam pelas obras e receberiam o sistema trinário (Figura 28), por serem ruas importantes como eixos do crescimento da cidade; para o eixo leste-oeste, foram escolhidas ruas menos ocupadas.

A Avenida João Gualberto, que é uma via estruturante da cidade de Curitiba, abrigou durante um tempo, em parte de seu traçado, o nome de Estrada da Graciosa,

e hoje é uma das mais importantes vias da cidades, que ligam o centro aos subcentros dos bairros Boa Vista e Santa Cândida.

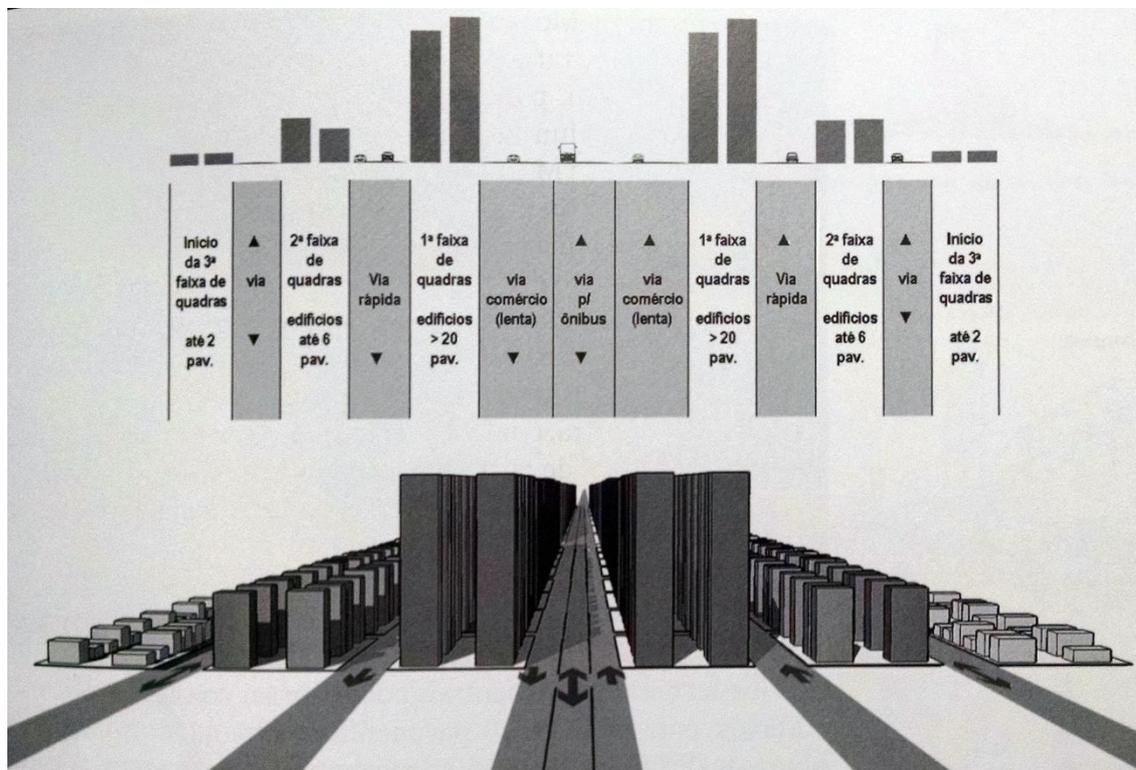


Figura 28 - Esquema Básico do sistema trinário implantado pelo Plano Diretor de 1966. (Fonte: DUDEQUE, 2011, p. 223)

#### 4.1.3 RECONHECIMENTO DO TRAÇADO URBANO DA ESTRADA DA GRACIOAS EM CURITIBA

Para estabelecer uma análise morfológica do traçado da Estrada da Graciosa dentro da cidade de Curitiba, optou-se pela comparação e sobreposição de mapas coletados ao longo da pesquisa, tomando como ponto de partida a malha urbana. E a partir do que foi exposto no tópico 4.1.1 Origem e 4.1.2 Evolução Urbana de Curitiba, pôde-se definir as ruas que estruturam esse percurso dentro do perímetro urbano atual.

Para a análise das vias, foram analisados em conjunto os mapas de 1850, 1857, 1894, 1915, 1962 e 2013 (Mapas 1 - 6), sintetizando a malha urbana de relevância para a pesquisa, visando estabelecer o recorte espacial de estudo.

**Mapa 1 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1850.**

**Mapa 2 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1857**

**Mapa 3 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1894.**

**Mapa 4 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1915.**

**Mapa 5 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 1962.**

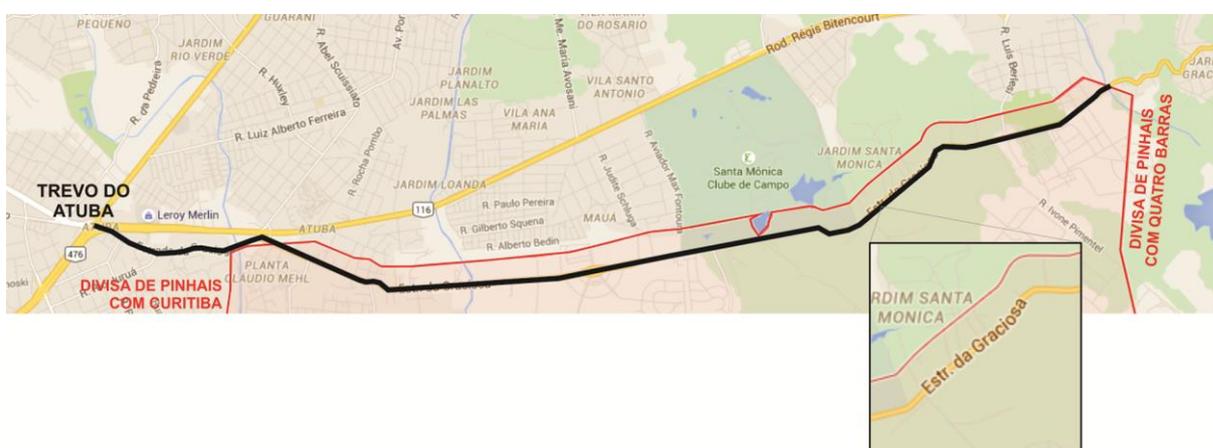
**Mapa 6 - Traçado Curitibano da Estrada da Graciosa em 2013.**

A partir da síntese apresentada, foi delimitada a área de estudo, uma vez que foi possível identificar por onde a Estrada da Graciosa percorreu o planalto curitibano e onde agora se encontra no perímetro urbano da capital paranaense.

O que atualmente ainda leva o nome de Estrada da Graciosa atravessa o trecho mais preservado da Floresta Atlântica brasileira, com características de estrada-parque e caminho histórico. Proibido o tráfego pesado de ônibus de linha e caminhões – a estrada é largamente utilizada, em todas as estações do ano, especialmente para fins turísticos. Essa porção da Serra do Mar paranaense foi tombada pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná em 1986 que, em 1992, tornou-se, por deliberação da Unesco, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Além disso, a estrada está contida, desde 1984, na Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi e limita dois importantes parques estaduais: o da Graciosa e o Roberto Ribas Lange.

## 4.2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

O traçado da Estrada da Graciosa corta os municípios de Antonina, Morretes, Quatro Barras, Pinhais e Curitiba. Dentro da cidade de Curitiba, o único trecho que ainda recebe o nome de Estrada da Graciosa é um pequeno pedaço entre o trevo do Atuba, passando por Pinhais até a divisa com a cidade de Quatro Barras (Figura 28). Mais à frente, a estrada transforma-se na PR-410, até chegar ao litoral Estado.



**Figura 29 - Trecho que ainda mantém o nome Estrada da Graciosa.**  
(Fonte: a Autora partir de GOOGLE MAPS)

No trecho curitibano, a estrada corta os seguintes bairros: Centro, margeando o São Francisco, passando pelo Centro Cívico, Alto da Glória, Juvevê, Cabral, Bacacheri, Tingui e Atuba. Ela atravessa a administração de duas regionais: Matriz e Boa Vista. (Mapa 7).

**Mapa 7 – Aspectos Institucionais.**

### 4.3 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS E DE INFRAESTRUTURA

Segundo os dados do Censo de 2010, as duas regionais por onde passa o traçado da estrada estão entre as cinco mais populosas, ficando a regional Boa Vista em primeiro lugar, e a Matriz em quarto, com, respectivamente, 248.698 e 205.722 habitantes (IPPUC, 2015), cerca de 26% da população de Curitiba, que totalizou 1.746,896 habitantes (IBGE, 2015), apurada no mesmo censo.

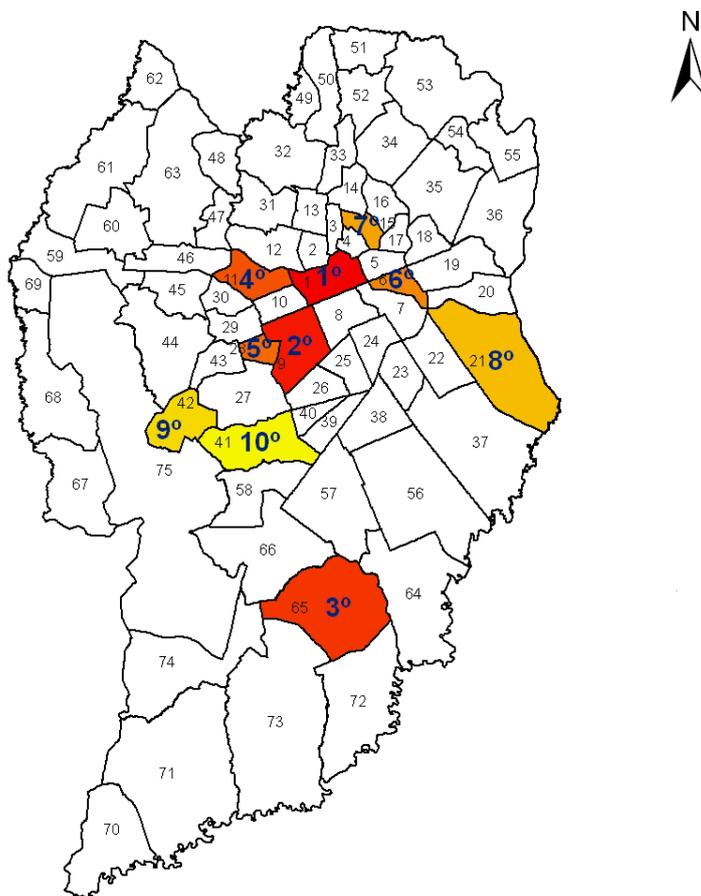
Pode-se observar também que a maioria dos bairros que tem influência direta sobre a área de estudo apresenta crescimento considerável, como se verifica pelos dados do Censos de 2010 e 2000 (Tabela 5).

**Tabela 5 - CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS BAIRROS CORTADOS PELA GRACIOSA.**  
(Fonte: IPPUC, 2014. Adaptado pela autora.)

BAIRROS	HABITANTES		DENSIDADE (HAB/HA)	VARIÇÃO PO- PULACIONAL
	2000	2010		
CENTRO	32.623	37.283	113,56	14,28%
SÃO FRANCISCO	6.435	6.130	57,25	-4,74%
CENTRO CÍVICO	4.767	4.783	50,50	0,34%
JUVEVÊ	11.281	11.582	94,00	2,67%
ALTO DA GLÓRIA	5.588	5.548	63,37	-0,72%
CABRAL	11.720	13.060	64,44	11,43%
BACACHERI	23.106	23.734	33,67	2,72%
TINGUI	11.564	12.319	57,26	6,53%
ATUBA	12.632	15.935	38,31	26,15%
TOTAL	119.716	130.374	63,59	8,90%

Segundo o IPPUC (2015), a taxa de crescimento sempre positiva de Curitiba levou a um esgotamento de seus limites geográficos, fazendo da cidade um aglomerado essencialmente urbano e com poucas áreas para expansão, provocando um fenômeno chamado de Crescimento na Taxa de Densidade (medida pela relação habitantes por área, que nesse caso é medida em hectare). A densidade média na cidade em 1970 (IPPUC, 2015) era de 14,01 habitantes por hectare, e em 2010, segundo o Censo, foi registrado 40,30 habitantes por hectare. Esse índice pode variar entre bairros e é maior onde a verticalização é mais acentuada. Entre os dez bairros mais densos de Curitiba, estão dois daqueles cortados pela Estrada da Graciosa (Figura 30) -

em primeiro o Centro, que se mantém desde a década de 1970 como a área mais densa da cidade (IPPUC, 2015); e em sétimo lugar, o bairro Juvevê.



**Figura 30 - Localização dos dez bairros mais densos de Curitiba, segundo o Censo 2010. (Fonte: IPPUC, 2014)**

Segundo levantamento técnico realizado em cada regional denominado “A cidade que queremos”, elaborado pelo IPPUC, para subsidiar a revisão do Plano Diretor em curso, a característica predominante na população, tanto da regional Matriz quanto do bairro Boa Vista, é de pessoas adultas (entre 25 e 59 anos) - cerca de 52,5% na regional Boa Vista e 53,3% na Matriz (IPPUC, 2014 *apud*. IBGE – Censo 2010).

Esse levantamento esclarece também o cenário de alfabetização nessas regionais, sendo que em ambas o dado percentual de alfabetização de pessoas com cinco ou mais anos de idade é superior ao de Curitiba, que é de 96,9%, considerado um satisfatório (IPPUC, 2014).

Sobre a infraestrutura instalada, os gráficos 2, 3 e 4 ilustram a situação:

Com 99,15% de domicílios ligados à rede de água, a Regional Boa Vista apresenta um resultado que pode ser considerado universalizado, no que diz respeito ao abastecimento de água. Com atendimento inferior a 99% estão os bairros Taboão, Cachoeira, Abranches e Boa Vista.

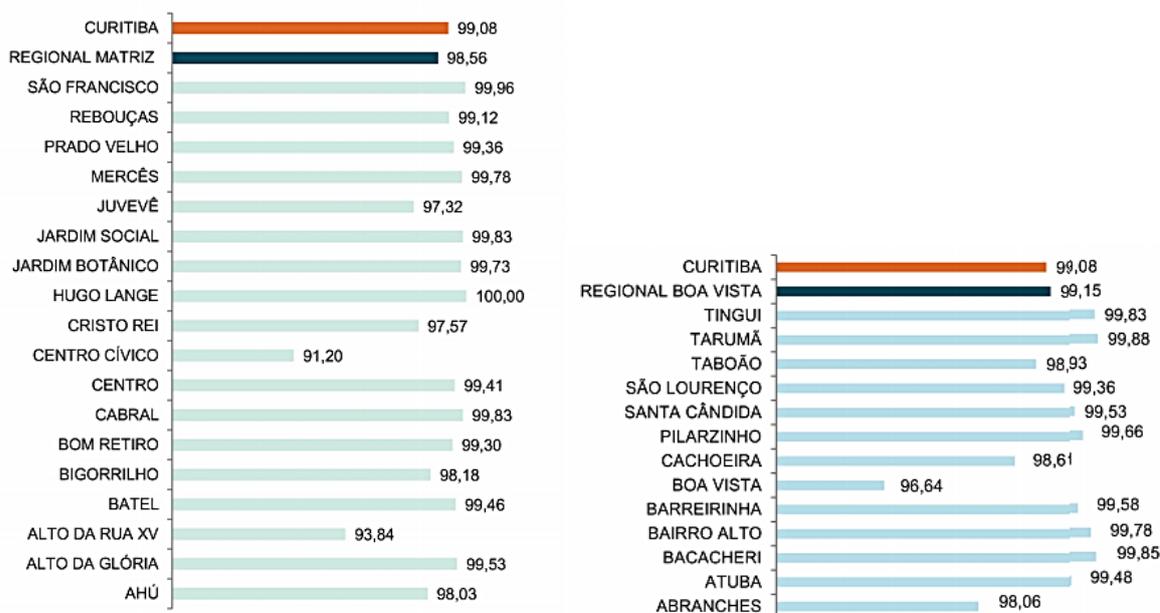
[...] A coleta de lixo na regional atinge mais de 99% dos domicílios em todos os bairros. Podemos considerar que o atendimento de coleta na Regional Boa Vista está universalizado [...].

[...]No que se refere à rede de esgoto, a Regional Boa Vista apresenta o pior resultado entre as regionais. Os bairros Cachoeira e Taboão têm as menores taxas, com 48,61% e 29,41% respectivamente - conforme indica o gráfico a seguir. No bairro Taboão, 46,7% dos domicílios possuem fossa séptica e 23,9% utilizam de outros meios de lançamento de seus efluentes. (IPPUC, 2014, p. 29)

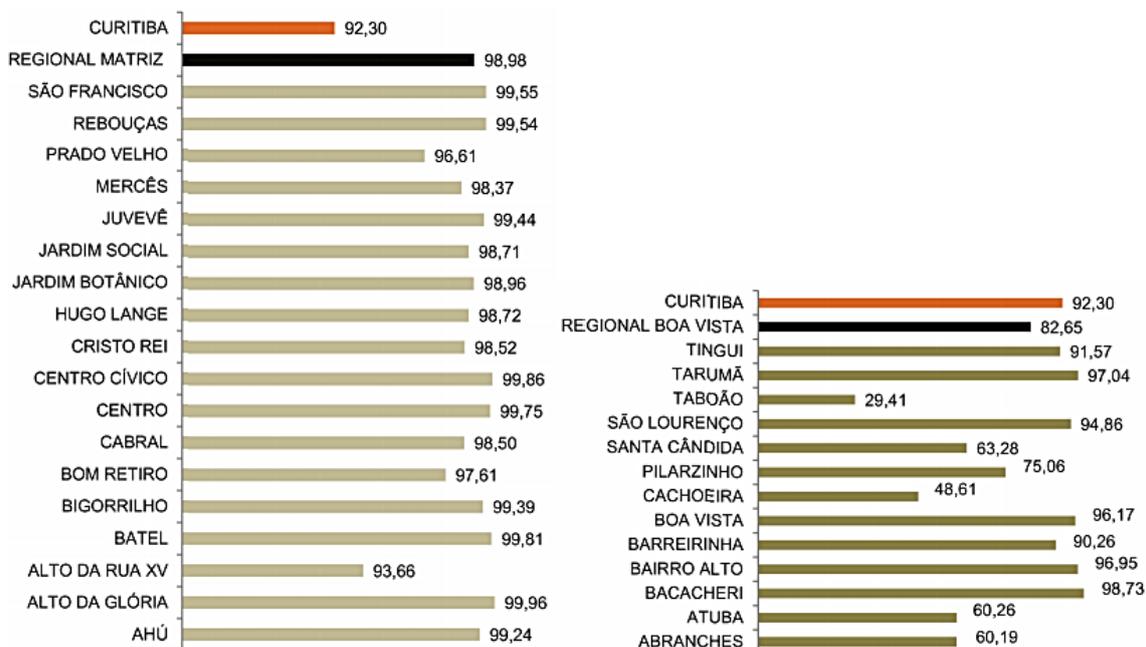
O atendimento dos domicílios da Regional chega a mais de 98% do total de domicílios, percentual um pouco inferior ao do município, que é de pouco mais de 99% dos domicílios. O bairro com menor percentual de atendimento é o Centro Cívico, onde ainda existem vários domicílios que se utilizam de poços para o abastecimento de água.

[...] Por sua vez, o atendimento por rede de esgoto é bem superior à média da cidade. A Regional Matriz tem 98,98% dos domicílios atendidos, enquanto o município possui 92,30% de atendimento. Um facilitador para essa taxa de atendimento é o fato de que os bairros que fazem parte da regional são antigos, tendo ocupação e infraestrutura já consolidada. Outro fator que contribui é que a topografia da regional é mais suave, sem grandes desníveis ou regiões extremamente planas que podem dificultar a instalação da rede de esgoto.

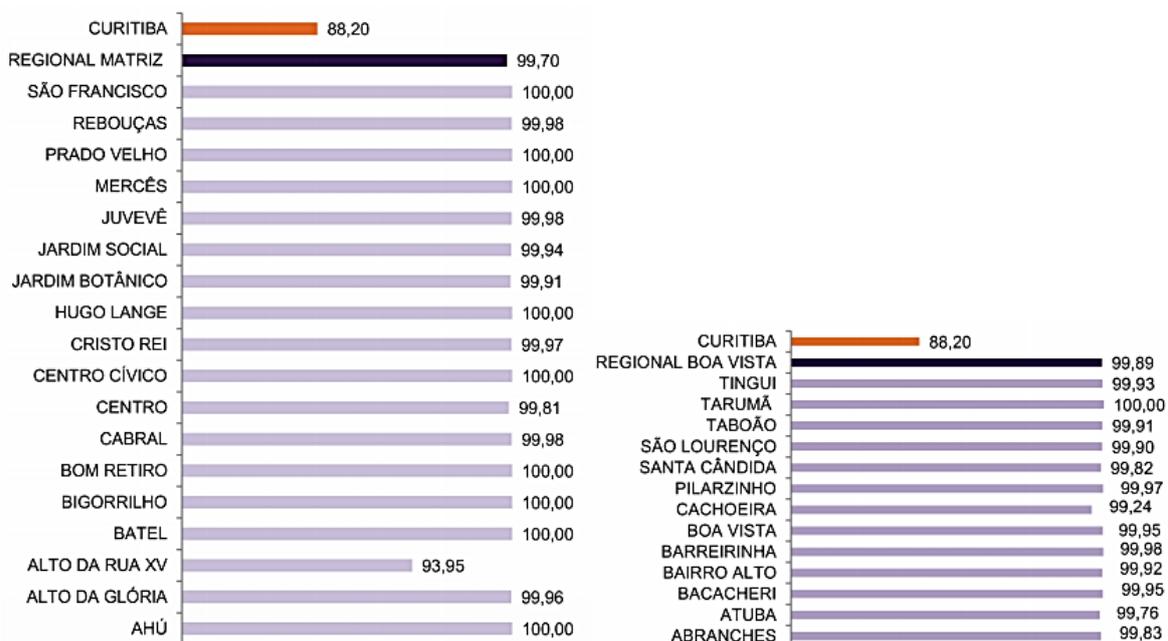
[...]A regional possui um excelente indicador, no que diz respeito à coleta de lixo. Com 99,70% de domicílios atendidos, supera em muito a média da cidade, que é de 88,20%. Alguns dos bairros, como São Francisco, Batel e Mercês, já atingiram 100% de atendimento. (IPPUC, 2014, p. 31-32)



**Gráfico 2 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ATENDIDOS POR REDE DE ÁGUA, REGIONAL MATRIZ E BOA VISTA.**  
(Fonte: IPPUC, 2014 apud. IBGE – Censo 2010)



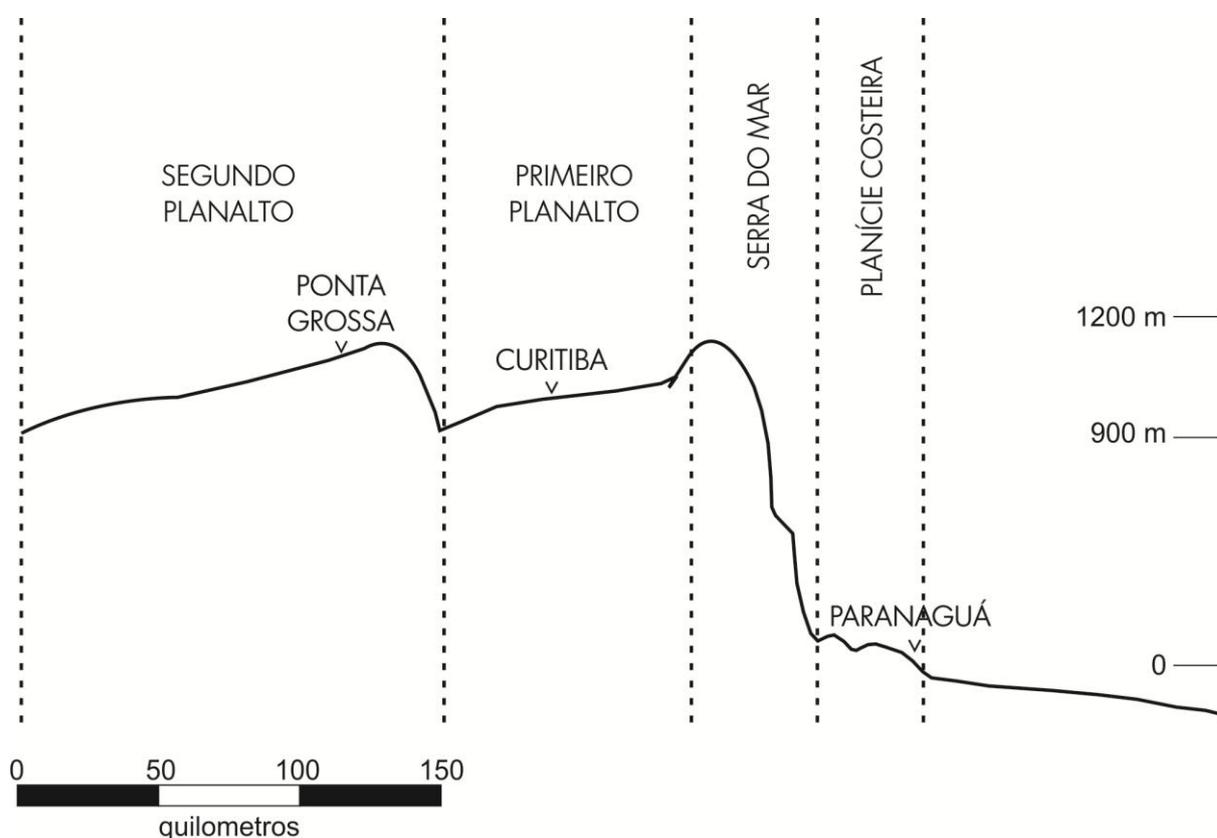
**Gráfico 3 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ATENDIDOS POR REDE DE ESGOTO, REGIONAL MATRIZ E BOA VISTA.**  
(Fonte: IPPUC, 2014 apud. IBGE – Censo 2010)



**Gráfico 4 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ATENDIDOS POR COLETA DE LIXO, REGIONAL MATRIZ E BOA VISTA.**  
(Fonte: IPPUC, 2014 apud. IBGE – Censo 2010)

#### 4.4 ASPECTOS FÍSICOS-NATURAIS

A Estrada da Graciosa liga o litoral ao Primeiro Planalto paranaense, “ondulado e recoberto de matas de araucária, com manchas verdejantes de campos naturais” (BIGARELLA et al., 1997, p. 18 *apud*. SOUZA, 2011, p.69). Na transição entre o planalto e o litoral, é preciso transpor a Serra do Mar, “com mais de 1.000 km de extensão, largura de 5 a 10 km e desnível médio de 1.000 m, atingindo o limite máximo, nesta região, de 1969 m no Pico Paraná.” (MINEROPAR, 2015).



**Figura 31 - Perfil Topográfico do Leste Paranaense.**  
(Fonte: A autora, 2015, a partir de UEPG, 2015)

Na cidade de Curitiba, as altitudes variam entre 865 e 1020 metros, sendo que o traçado da estrada passa por altitudes entre 881 a 980 metros (Mapa 8). A hidrografia é marcada pelos principais rios de Curitiba, que também constituem as seis bacias hidrográficas do município. São eles: Rio Atuba, Rio Belém, Rio Barigui, Rio Passa-úna, Ribeirão dos Padilhas e o Rio Iguaçu, sendo que o Rio Belém é cortado pelo trajeto original da Estrada da Graciosa.

**Mapa 8 – Aspectos Físicos-Naturais & Hipsometria**

#### 4.5 ASPECTOS PAISAGÍSTICOS E ARQUITETÔNICOS: CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO.

A evolução da paisagem na Estrada da Graciosa tem muito em comum com a evolução da urbana de Curitiba, como apresentado no subcapítulo 4.1.2. No decorrer do processo de urbanização, diversos bens imóveis se perderam. Isso ocorreu, especialmente, devido às diferenças de compreensão acerca da preservação do patrimônio urbano, universalizadas apenas a partir da Carta de Veneza, em 1964, quando a preservação do patrimônio deixou de ser empregada pontualmente, apenas em obras de valor excepcional, e passou a se concentrar também nos conjuntos urbanos.

“Art.1 - O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.” (CARTA DE VENEZA, 1964)

A cidade de Curitiba é marcada por políticas públicas que afetaram o patrimônio municipal, desde o início do século XX - algumas polêmicas, como a demolição da Casa de Câmara e Cadeia, em 1900, com o objetivo de “desobstruir a vista do Paço Municipal, que seria construído, na Praça Generoso Marques”. (D’ANGELIS, 2012, p.98). As primeiras diretrizes que de fato mostraram interesse do governo no patrimônio da cidade surgiram com o Plano Diretor de 1966.

Na década de 1970, a preservação se baseou em “instrumento indiretos, independentes de leis de tombamento, assim, a degradação da área central agravava-se e a eficiência dos instrumentos instituídos era questionada” (D’ANGELIS, 2012, p.100). Apenas em 1982, com a Lei do Solo Criado nº 6337, regulamentou-se a transferência de potencial construtivo das edificações com interesse de preservação para áreas pré-estabelecidas, com a contrapartida de garantir o restauro e manutenção dessas unidades. Dessa forma, o município conseguiu restaurar as três primeiras Unidades de Interesse de Preservação (UIPs), entre elas a Catedral Metropolitana de Curitiba, na Praça Tiradentes.

**Tabela 6 - INSTRUMENTOS LEGAIS REFERENTES AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, EM CURITIBA.**  
(Fonte: D'ANGELIS, 2012. Adaptado pela autora)

PERÍODO	INSTÂNCIA	INSTRUMENTOS LEGAIS	ANO	AÇÃO
<b>DÉCADA DE 1960</b>	MUNICIPAL	Lei nº 2.828	1966	Institui o Plano Diretor de Curitiba. Primeiras diretrizes para os "Setores Histórico-Tradicionais", que viriam a ser definidos pelo IPPUC.
<b>DÉCADA DE 1970</b>	MUNICIPAL	Decreto nº 1.160	1971	Delimita o Setor Histórico de Curitiba.
	MUNICIPAL	Lei nº 4.199	1972	Dispõe sobre o Zoneamento urbano.
	MUNICIPAL	Lei nº 4.335	1972	Incorporação da Casa Romário Martins ao patrimônio histórico de Curitiba.
	ESTADUAL	Inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	1974	Tombamento da Paisagem do trecho da Praça Osório, Av. Luís Xavier, Rua XV de Novembro e Praça Santos Andrade.
	MUNICIPAL	Lei nº 5.234	1975	Modifica a Lei nº 4.199/72, alterando o Zoneamento de Curitiba.
	MUNICIPAL	Lei nº 1.547	1979	Cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação (UIP), com o objetivo de proteger 586 imóveis.
<b>DÉCADA DE 1980</b>	MUNICIPAL	Decreto nº 161	1981	Concessão de incentivos aos proprietários de bens patrimoniais, através da isenção de IPTU, para aqueles que preservarem ou revitalizarem seus imóveis.
	MUNICIPAL	Lei nº 6.337	1982	Institui a Lei do Solo Criado: Instrumento que permite a transferência do potencial construtivo, de edificações de valor histórico, cultural ou arquitetônico, para áreas pré-estabelecidas da cidade. Criação da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural que analisa as UPIs.
	FEDERAL	Inscrição no Livro do Tombo Belas Artes	1984	Tombamento Federal do Antigo Paço Municipal.
	ESTADUAL	Inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	1986	Tombamento da Praça Eufrásio Correia.
<b>DÉCADA DE 1990</b>	MUNICIPAL	Lei nº 7.833	1991	Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente. Contendo diretrizes para a preservação do patrimônio edificado.
	MUNICIPAL	Decreto nº 380	1993	Criação das três primeiras UIEPs (Unidades de Interesse Especial de Preservação), a Catedral Metropolitana de Curitiba; a Sede da Sociedade Garibaldi; e o Edifício Central de UFPR, na Praça Santos Andrade.
<b>DÉCADA DE 2000</b>	MUNICIPAL	Decreto nº 185	2000	Substitui o Decreto nº 1.160/71. Dispõe sobre os critérios de uso e ocupação do solo no Setor Histórico.
	MUNICIPAL	Decreto nº 1.033	2001	Delimita o Setor Especial de Preservação da Paisagem Ferroviária.
	MUNICIPAL	Lei nº 1.266	2004	Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto das Cidades.
	ESTADUAL	Inscrição no Livro do Tombo Histórico	2004	Tombamento do conjunto urbano da Rua Comendador Araújo, trecho entre a Rua Desembargador Motta e a Rua Benjamin Lins.
	MUNICIPAL	Lei Complementar nº 74	2009	Cria incentivos fiscais, que visam a recuperação e conservação do patrimônio edificado, no entorno do Paço Municipal.
	ESTADUAL	Inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	2012	Tombamento do conjunto urbano da Rua Cândido de Abreu, no Centro Cívico de Curitiba

A partir dessas informações, somadas aos dados apresentados anteriormente, foi possível identificar cerca de vinte unidades de paisagem, e fazer o levantamento de imóveis isolados e os conjuntos urbanos, nos quais incidem legislações patrimoniais ao longo do traçado da Estrada, especificamente no ramal curitibano.

Nos mapas 3 a 9, é possível observar que grande parte dos imóveis protegidos se encaixam na categoria de Unidades de Interesse de Preservação, sendo assim, estão sob influência da legislação municipal. Alguns imóveis inscritos no Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba, desenvolvido pela COMEC, também foram levantados, e caso esse plano oferecesse algum instrumento legal para a proteção dos bens, eles estariam sob a influência da legislação estadual. Contudo, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba se restringiu apenas ao inventário dos bens, chegando, ao máximo, a recomendações, sem bases legais, para sua preservação.

**Mapa 9 – Unidades de Paisagem da Estrada de Graciosa**

#### 4.5.1 Região Central

No conjunto de unidades de paisagem da Região Central (Mapa 10), inserido dentro do Centro Histórico de Curitiba, encontra-se o Marco Zero da cidade de Curitiba, ou seja, o marco geográfico e histórico da fundação da cidade. Nessa região agregam-se construções e transformações urbanas associadas a diferentes períodos da história da capital paranaense, até o momento presente, “apesar de concentrar diversas edificações antigas, é também um espaço onde se visualiza a vida atual da população, sua evolução social, econômica, cultural e tecnológica” (MÄNNICH, 2013, p.39)

Na Praça Tiradentes, importante núcleo social e comercial da sociedade curitibana desde sua fundação, e onde a Estrada de Graciosa se originou, há exemplares arquitetônicos excepcionais ainda preservados, como a Catedral Metropolitana de Curitiba (Figura 32), construída em 1893, exemplo da arquitetura eclética com elementos neogóticos. Ela está protegida por legislação municipal e foi uma das primeiras edificações classificadas como UIP – Unidade de Interesse de Preservação.



**Figura 32 - Catedral Metropolitana de Curitiba  
(Fonte: MÄNNICH, 2013)**

O Largo da Ordem (Figura 33), juntamente com a Praça Tiradentes, caracteriza-se como o núcleo de ocupação mais antiga da cidade, possuindo muitos elementos paisagísticos e arquitetônicos importantes, mas também passou por diversas fases de mudanças da capital, justificando seu papel de palco de várias políticas públicas de preservação do patrimônio. “Lá eram realizados os pregões dos colonos, vendendo seus produtos, trazidos da periferia para o centro” (FENIANOS, 1993 *apud*. MÄNNICH, 2013, p. 55). Em seus arredores estão a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas, tombada em nível estadual, o Museu de Arte Sacra, a Casa Vermelha e a Casa Romário Martins.



**Figura 33 - Largo da Ordem**  
(Fonte: Acervo da autora, 2014)

Descendo pelo Largo da Ordem, no encontro da Rua São Francisco com a rua Barão do Serro Azul (Figura 34), encontram-se mais dois exemplares da arquitetura eclética protegidos pelo instrumento das UIPs - nessas edificações, o uso original de manteve.



Figura 34 - Cruzamento da Rua São Francisco com a Rua Barrão do Serro Azul, 2014 e 1905.  
(Fonte: Acervo da autora; e Gazeta do Povo, 2015)

Onde hoje funcionam o Sebo Releituras (Figura 35) e o Café Catedral (Figura 36), foram caracterizados pela COMEC (1977) como casas de comércio urbanas - a primeira datada de 1892 e a segunda não apresenta informações sobre data, com dois pavimentos em alvenaria de tijolos, com o exterior protegido pela Legislação Municipal, pois integra o conjunto paisagístico do “Setor Histórico”.



Figura 35 - Casa de Comércio Urbana, Sebo Releituras.  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; Acervo IPPUC)



**Figura 36 - Casa de Comércio Urbana, Café Catedral.**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; Acervo IPPUC)

A Rua Barão do Serro Azul, antiga Rua da Nogueira, recebeu esse nome quando o presidente da província Antônio Barbosa Nogueira, “mudou a sede do governo para uma casa de sua propriedade localizada na via, a residência ficava na esquina com a Rua de Serrito, atual Carlos Cavalcanti” (CURITIBA SPACE, 2015).

Os primeiros registros da atual Rua Barão do Serro Azul remetem a simplicidade e ao ano de 1840, época em que Curitiba não registrava mais de seis mil habitantes. Com a construção da Estrada da Graciosa, que cortava a Serra de mesmo nome, a Rua do Nogueira passou a se chamar Rua da Graciosa, e teve seu caminho estendido até o Largo da Carioca – atual Praça Dezenove de Dezembro. A partir desse ponto, a “rua” passava a ser a “Estrada”. O progresso aumentou a sua importância, tornando a região um espaço para importantes construções como a Fundação Gottlieb Mueller, que mais tarde viria a se tornar o atual Shopping Mueller. (CURITIBA SPACE, 2015).

Nesse logradouro, encontram-se unidades de interesse de preservação importantes para a história da cidade, como as casas de comércio, onde hoje funciona uma loja da operadora de celulares (Figura 37), e a Casa Voss (Figura 38), que também mantém o uso comercial, ambas de arquitetura eclética.

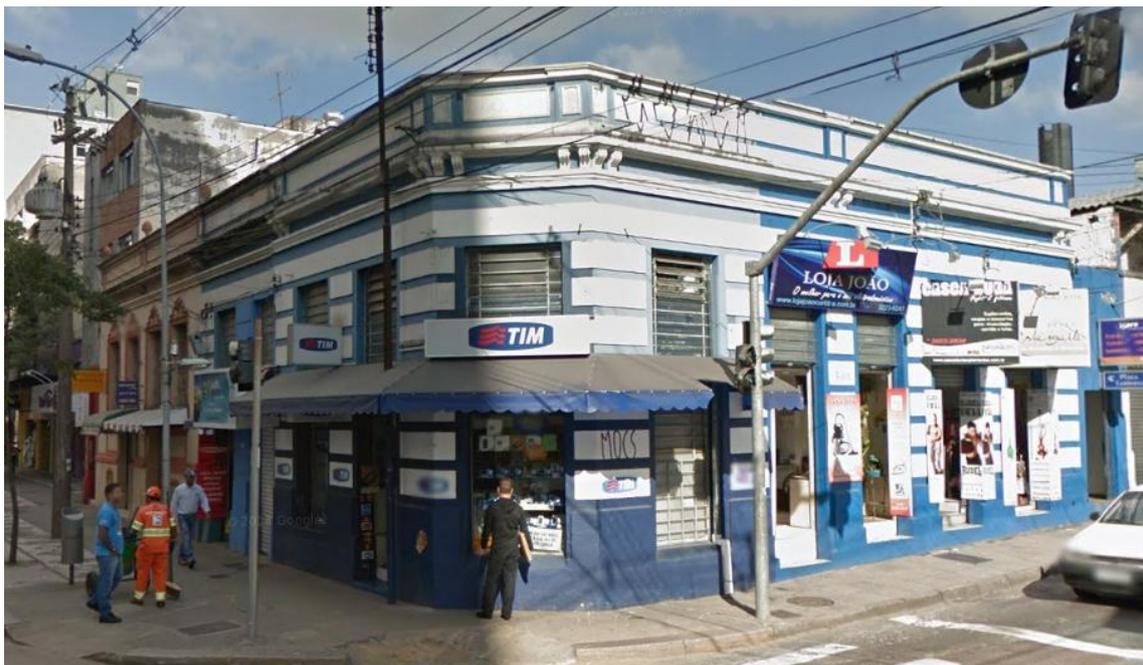
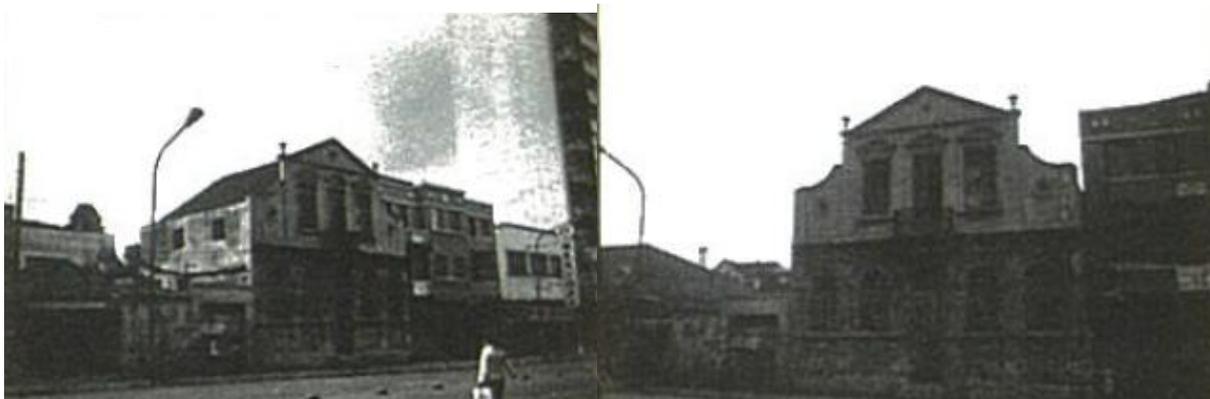


Figura 37 - Casa de Comércio Urbana, TIM.  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; Acervo IPPUC)



**Figura 38 - Casa de Comércio Urbana, Casa Voss.**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; Acervo IPPUC)

Segundo a COMEC (1977), é na rua Barrão do Serro Azul que originalmente se localizava a Casa Mila (Figura 39). Edificação construída em 1870, ela representa as influências alemãs que a arquitetura curitibana sofreu. Hoje o Portal Alemão na Praça da Cultura Germânica, do Bosque Alemão (Figura 40), reproduz a fachada da casa, e se tornou um dos cartões postais de Curitiba.



**Figura 39 - Casa Mila, em sua localização original.**  
(Fonte: COMEC, 1977)



**Figura 40 - Portal Alemão na Praça da Cultura Germânica, do Bosque Alemão**  
(Fonte: Acervo da autora, 2013)

A Praça 19 de Dezembro (Figura 41), tombada em nível estadual com o conjunto do Centro Cívico, está também inserida na lista das Unidades de Interesse de Preservação de Curitiba. Datada de 1897, nela está localizado o Memorial do Centenário da Emancipação Política do Paraná, que ocorreu em 19 de dezembro 1853 (CTUR; FCC; PMC, 2012 *apud*. MÄNNICH, 2013, p.65). O conjunto de obras que representam esse momento histórico do Paraná é composto por um painel em baixo relevo e azulejos, de autoria de Erbo Stenzel e de Poty Lazarotto, respectivamente; um obelisco; uma escultura representando o “Homem Paranaense” e outra escultura representando a “Justiça”, de autoria de Humberto Cozzo.



**Figura 41 - Praça 19 de Dezembro**  
(Fonte: MÄNNICH, 2013)

A seguir serão apresentados o Mapa 10, com todas as obras mencionadas mapeadas dentro da área de estudo, e a Tabela 7, que lista as Unidades de Interesse de Preservação com informações adicionais.

Tabela 7 - Unidades de Interesse de Preservação – Região Central  
(Fonte: Decreto nº 2044)

<b>NOME</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>INS. IMOBILIÁRIA</b>	<b>IF</b>	<b>AREA DO TERRENO</b>	<b>AREA CONSTRUÍDA</b>
<b>TIM</b>	R. BARÃO DO SERRO AZUL - 229	02.0.0074.0098.00-2	11.036.023	136,00	136,00
<b>CASA VOSS</b>	R. BARÃO DO SERRO AZUL - 525	02.0.0048.0102.00-6	11.012.002	302,00	252,00
<b>SEBO RELEITURAS</b>	R. BARÃO DO SERRO AZUL - 71	01.1.0013.0062.00-4	11.149.002	212,00	197,00
<b>CAFÉ CATEDRAL</b>	R. BARÃO DO SERRO AZUL - 81	01.1.0013.0024.00-7	11.149.001	372,00	288,00
<b>CATEDRAL METROPOLITANA DE CURITIBA</b>	R. JOSÉ BONIFACIO	01.1.0015.0126.00-6	11.063.001	1.484,00	3.000,00
<b>PRAÇA 19 DE DEZEMBRO</b>	-	01.1.0002.0247.00-6	11.001.001	-	-

**Mapa 10 – Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Região Central**

#### 4.5.2 Centro Cívico

Quando Curitiba convidou Alfred Agache para elaborar um plano urbanístico (1943) para a cidade, a proposta, além de contar com um plano de sistema viário e saneamento básico, previa um espaço para a construção de um centro que abrigasse o conjunto administrativo do Estado – o Centro Cívico.

O projeto foi desenvolvido somente em 1951, pela equipe coordenada pelo arquiteto David Xavier de Azambuja - seria o primeiro centro cívico brasileiro projetado em arquitetura moderna a ser construído (MUELLER, 2006). As obras tiveram início em 1952, e seu término estava previsto para dezembro de 1953, data da comemoração do Centenário de Emancipação Política do Paraná.

Atualmente, o Centro Cívico não abriga mais apenas serviços de ordem administrativa para o governo do Estado, como foi idealizado originalmente, mas seus propósitos arquitetônicos valorizam a paisagem - com suas vias e praças largas, múltiplos pontos de vista são promovidos, formando um espaço inteligível mesmo com o deslocamento do observador (MUELLER, 2006).

Por essas razões, em 25 de maio de 2012, o conjunto de bens patrimoniais do Centro Cívico de Curitiba teve sua inscrição no Livro do Tombo 169 II sacramentada. O processo nº 05/2003 dispõe:

Integram a relação de bens considerados patrimônios históricos do Paraná as seguintes construções: Palácio Iguazu, Grupo Escolar Tiradentes, Praça 19 de Dezembro, Prefeitura Municipal, Casa da Criança, Tribunal do Júri, Palácio da Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Edifício Castelo Branco (anexo Museu Oscar Niemeyer) e toda a extensão da Avenida Cândido de Abreu (sem incluir as construções em seu entorno). (PARANÁ, 2015)

Para os fins deste trabalho, o que interessa como área de estudo é o trecho da Avenida Cândido de Abreu, entre as ruas Comendador Fontana e Inácio Lustosa. Dentro desse recorte, está o primeiro *shopping center* de Curitiba (MÄNNICH, 2013), o Shopping Muller (Figura 42), instalado em um antigo barracão industrial, a antiga fábrica Marumby (COMEC, 1977), tornando-se um dos símbolos da pós-modernidade curitibana. Cotado como UIP pela municipalidade, trata-se de uma edificação eclética com dois pavimentos em alvenaria de tijolos do fim do século XIX, onde funcionou

uma ferraria e serralheria, e onde foram produzidos postes, lampeiros e bueiros que até hoje podem ser encontrados na cidade.



**Figura 42 - Shopping Mueller & antiga Fábrica Marumby**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; COMEC, 1977)

Pode-se observar pelo levantamento feito pela COMEC, em 1977, as mudanças significativas pelas quais a Avenida Cândido de Abreu passou, transformando-se em eixo econômico e administrativo importante para a sociedade curitibana ao longo do tempo. Como exemplos de tais modificações, destaca-se o local onde hoje se encontra uma empresa de aluguel de veículos - segundo o Plano de Preservação do Acervo Cultural da RMC, anteriormente nele se situava uma moradia urbana em alvenaria de tijolos, com um pavimento e sótão (Figura 43); onde se localiza o edifício do Banco Central, também era ocupado por uma moradia (Figura 44); o lote onde está o atual Hotel San Juan anteriormente abrigava um antigo conjunto de três casas alinhadas (Figura 45).

A seguir serão apresentadas no Mapa 11 as obras mencionadas mapeadas dentro da área de estudo, e a Tabela 8, com a lista das Unidades de Interesse de Preservação com informações adicionais.



**Figura 43 - Localiza Veículos.**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; COMEC, 1977)



**Figura 44 - Banco Central**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; COMEC, 1977)



**Figura 45 - Hotel San Juan**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; COMEC, 1977)

**Tabela 8 - Unidades de Interesse de Preservação – Centro Cívico**  
(Fonte: Decreto nº 2044)

<b>NOME</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>INS. IMOBILIÁRIA</b>	<b>IF</b>	<b>AREA DO TERRENO</b>	<b>AREA CONSTRUÍDA</b>
<b>SHOPPING MUELLER</b>	AV. CÂNDIDO DE ABREU - 127	03.0.0037.0422.00-0	32.076.001	13.111,00	106.010,68

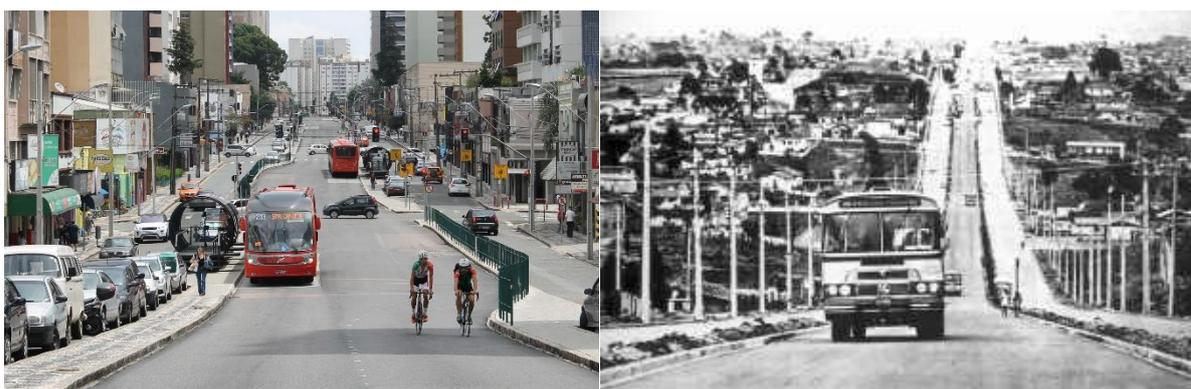
**Mapa 11 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Centro Cívico**

### 4.5.3 Setor Estrutural

O *Boulevard 2 de Julho*, denominação antiga do trecho entre a Praça 19 de Dezembro e a atual Rua Comendador Fontana, surgiu em função da Estrada da Graciosa. Esse trecho, mais a Av. João Gualberto, surgiram sob influência da *Belle Époque*, e isso deu ao trecho características singulares, como maiores dimensões para a via, que se tornaram carroçáveis. (D'ANGELIS, 2012).

Essa característica permitiu que na década de 1970, a Avenida João Gualberto fosse uma das vias componentes do plano de estruturação viária, que delimitava os Eixos Estruturais (Figura 46), e passasse a abrigar a via central da canaleta, por onde os ônibus expressos circulariam no esquema do sistema trinário (Figura 28).

A ocupação dessa região começou durante a segunda metade do século XIX, e hoje segue parâmetros específicos definidos pelo zoneamento da cidade como Setor Especial Estrutural (SE)<sup>15</sup>. No entanto, o trecho definido anteriormente pelo *Boulevard 2 de Julho* teve sua paisagem preservada, mesmo que de forma não intencional, já que o zoneamento nessa área, Zona Residencial 4 e parte do Setor Especial Centro Cívico, diferentemente do SE, não incentivou transformações aceleradas nas tipologias das edificações e no parcelamento da terra. (D'ANGELIS, 2012).



**Figura 46 - Av. João Gualberto em 2014 e 1974**  
(Fonte: Acervo pessoal da autora, 2104; Gazeta do Povo, 2015)

<sup>15</sup> Art. 1º Os Setores Especiais Estruturais - SE, são eixos de crescimento da cidade, caracterizados como áreas de expansão do centro tradicional e como corredores comerciais, de serviços e de transportes, tendo como suporte um sistema trinário de circulação.

Art. 2º Os Setores Especiais Estruturais, compreendem os terrenos existentes entre as vias externas de tráfego contínuo que compõem o sistema viário estrutural, à exceção do sistema viário que define o Setor Especial Estrutural ao longo da Avenida Presidente Affonso Camargo, conforme mapa anexo a Lei nº 9.800/00, de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo. (Decreto nº 190 da cidade de Curitiba)

Como consequência, apesar da importância da Avenida João Gualberto, poucos exemplares sobreviveram no trecho de estudo. Como por exemplo, uma residência (Figura 47) demolida recentemente para dar lugar à construção de um conjunto vertical misto de hotel e serviços.



**Figura 47 - Construção de conjunto de escritórios e hotel.**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; Acervo IPPUC)

Restam ainda alguns poucos exemplares de arquitetura eclética inscritos como UIPs, como, por exemplo o prédio onde hoje funciona o comércio Port-Said (Figura 48) e a antiga funerária São Pedro (Figura 49), construção datada de 1932, segundo a inscrição da fachada. Ambos mantêm o uso comercial.



**Figura 48 - Port-Said.**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; Acervo IPPUC)



**Figura 49 - Funerária São Pedro.**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015)

A seguir serão apresentadas no Mapa 12 as obras mencionadas, mapeadas dentro da área de estudo, e a Tabela 9, com a lista das Unidades de Interesse de Preservação com informações adicionais.

**Tabela 9 - Unidades de Interesse de Preservação – Setor Estrutural**  
(Fonte: Decreto nº 2044)

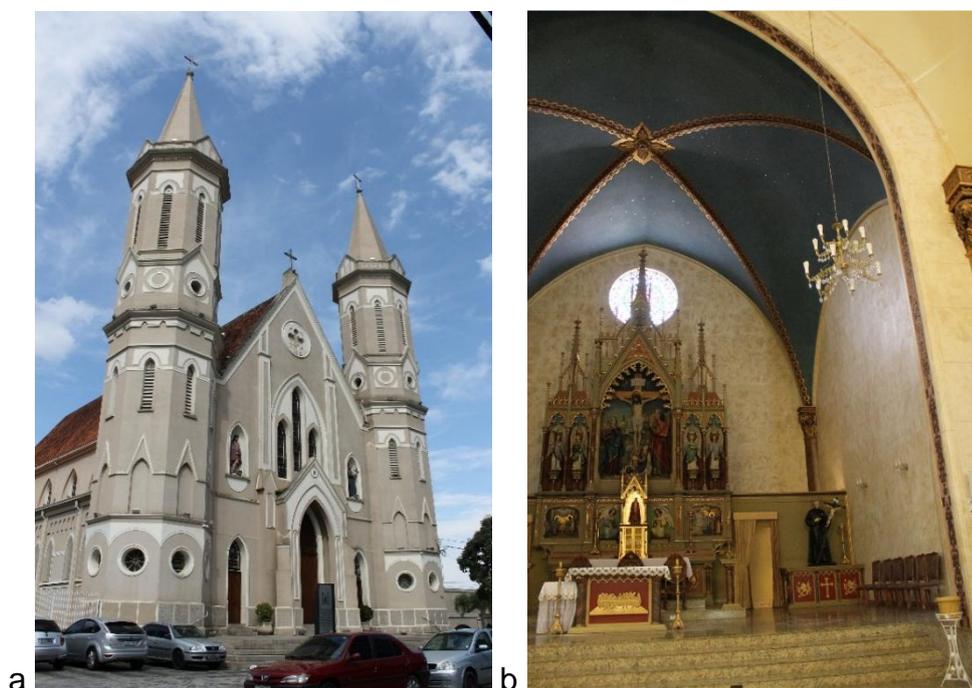
<b>NOME</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>INS. IMOBILIÁRIA</b>	<b>IF</b>	<b>AREA DO TER.</b>	<b>AREA CONST.</b>
<b>Port-Said</b>	AV. JOÃO GUALBERTO - 1654	15.0.0030.0286.00-1	32.016.002	491,00	685,10
-	AV. JOÃO GUALBERTO - 1800	12.0.0090.0470.00-1	33.084.011	15.126,00	2.528,00
<b>FUNERÁRIA SÃO PEDRO</b>	AV. JOÃO GUALBERTO - 1895	15.0.0016.0084.00-1	32.009.012	619,00	304,00

**Mapa 12 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Setor Estrutural**

#### 4.5.4 Cabral

O recorte da área de estudo que compreende a Rua Bom Jesus e a Av. Munhoz da Rocha atravessa os bairros como Cabral e Juvevê. Em meados do século passado, a influente família Cabral doou o terreno onde se ergueu a pequena capela consagrada ao Bom Jesus, hoje conhecida como Igreja do Cabral. Os primeiros moradores chegaram no início do século XVIII e desenvolveram um tipo de ocupação mais tradicional, com gabarito mais baixo e de características mais rurais.

Como citado acima, a Igreja do Cabral foi construída em um terreno doado para a prefeitura. A primeira capela ficou pronta em 1901 e, com a chegada dos Padres Passionistas, em 1914, iniciou-se a construção da nova igreja (Figura 50a). Alguns de seus destaques são o altar-mor, importado da Itália e construído em estilo gótico e patinado<sup>16</sup> (Figura 50b), que reproduz em relevos coloridos a Anunciação de Maria e o Presépio, o órgão, com 1980 tubos e os magníficos vitrais (THE CITIES, 2015).



**Figura 50 - Igreja do Cabral a) Vista Externa, b) Altar-Mor**  
(Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014)

<sup>16</sup> A pátina natural é o processo de oxidação das tintas, metais e vernizes que, ativados pela ação do tempo, vão se transformando pela ação da luz. É o caso do tom esverdeado que se forma no cobre e no bronze, pela ação do tempo, ou inclusive através de tratamento por ácidos. Também é o caso da cor amarelada que vemos em um quadro antigo. As pátinas artificiais é uma espécie de restauração dando um novo aspecto à madeira, renovando-a ou transformando-a em uma obra de arte. (COLÉGIO DE ARQUITETOS, 2015)

Exemplo desse estilo de vida mais bucólico e ligado ao campo que era característica da ocupação dessa região é o Graciosa Country Club (Figura 51), ainda uma grande área com características campestres, difícil de ser encontrada em locais onde a densidade da ocupação era mais alta.

“No início do século XX, Curitiba sofreu profundas mudanças, tanto no aspecto cultural como no humano. A presença dos imigrantes europeus, italianos, poloneses, ucraniano e especialmente, alemães, provocou mudanças nos costumes da capital paranaense.

Os alemães, praticantes de tênis, criaram um clube voltado a esse esporte. A fundação aconteceu no dia 11 de novembro de 1914. A sede, que ficava no Parque Graciosa, (atual Avenida João Gualberto), possuía duas quadras de tênis.

Em 15 de janeiro de 1919, o Sport Club Germânia, passou a ser chamado de Tennis Club 1914.

Devido sua localização, situada na estrada chamada Graciosa, o Tennis Club 1914, passou a ser chamado de Graciosa Tennis Club.

No segundo semestre de 1926, a Diretoria do Graciosa Tennis Club, propôs união aos componentes do Curitiba Golf Club, para que formassem uma só sociedade. A proposta foi aceita.

Nessa mesma época, os Diretores do ainda Graciosa Tennis Club solicitaram ao arquiteto Francisco Pinow, um projeto para a construção de uma Sede Social. No dia 28 de fevereiro de 1927, foram assinadas as plantas e apresentadas à Prefeitura de Curitiba.

[...]convencionou-se estabelecer a data de 14 de julho de 1927, quando foi inaugurado o campo de golfe, como data oficial de fundação do Graciosa Country Club.” (GRACIOSA, 2015)



**Figura 51 - Graciosa Country Club**  
(Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014; GRACIOSA, 2015)

O edifício do Corpo de Bombeiros (Figura 52), onde está sediado o 7º Grupo de Bombeiros, é um exemplo da arquitetura eclética em construção em alvenaria de tijolos, e está sob dependência do Estado Paraná, apesar de ser catalogada como Unidade de Interesse de Preservação pela municipalidade de Curitiba.



**Figura 52 - Corpo de Bombeiros**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015)

A seguir serão apresentados o Mapa 13 com as obras mencionadas mapeadas dentro da área de estudo, e a Tabela 10 com a lista das Unidades de Interesse de Preservação com informações adicionais



**Tabela 10 - Unidades de Interesse de Preservação – Cabral**  
**(Fonte: Decreto nº 2044)**

<b>NOME</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>INS. IMOBILIÁRIA</b>	<b>IF</b>	<b>AREA DO TERRENO</b>	<b>AREA CONSTRUÍDA</b>
<b>IGREJA DO CABRAL</b>	R. BOM JESUS - 159	16.0.0077.0386.00-8	54.095.001	18.053,00	8.385,70
<b>GRACIOSA COUNTRY CLUB</b>	AV. MUNHOZ DA ROCHA - 1146	16.0.0033.0104.00-4	54.101.061	229.798,01	5.992,15
<b>CORPO DE BOMBEIRO</b>	AV. MUNHOZ DA ROCHA - 1431	16.0.0014.0328.00-2	54.048.009	1.879,00	747,00

**Mapa 13 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Cabral**

#### 4.5.5 Bacacheri

No ponto onde a ferrovia cruzava a Estrada da Graciosa (atualmente, av. Erasto Gaertner), havia uma parada de trem (CÓRDOVA et al, 2010; GALLARZA; BAPTISTA, 2010 *apud* OLIVEIRA, 2013). Nessa parada se localizava a Colônia Argelina, que abrigava os “franceses que imigraram da Argélia e que posteriormente deu origem ao bairro Bacacheri” (OLIVEIRA, 2013, p.91). Outra característica da região é que a partir da década de 1930 houve uma intensa ocupação militar e “começou a operar no local um desvio para carga e descarga de material bélico” (OLIVEIRA, 2013, p.91).

Dessa forma, na década de 1940, quando Agache designou centros funcionais setorizados, o centro militar foi designado para essa porção do território curitibano. Ainda hoje, instalações militares de grande porte se concentram ali, como a base aérea do bairro Bacacheri junto com o CINDACTA II (Figura 53) da Força Aérea, o 20º Batalhão de Infantaria Blindada (Figura 54) e o 27º Batalhão Logístico (Figura 55) do Exército.



Figura 53 – CINDACTA II  
(Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014)



Figura 54 - 20º Batalhão de Infantaria Blindada  
(Fonte: Acervo da autora, 2014)



Figura 55 - 27º Batalhão Logístico  
(Fonte: PANORAMIO, 2015)

Neste trecho da paisagem, a estrada é ladeada por grandes edifícios e residências com altos muros. Alguns exemplares das casas da vila ferroviária sobreviveram, sendo listados como Unidades de Interesse de Preservação, e algumas ainda conservam o seu uso original, como é o caso das residências localizadas em frente ao CINDACTA II (Figura 56 e 57).



**Figura 56 - Residência na Av. Erasto Gaertner 1.  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; Acervo IPPUC)**



**Figura 57 - Residência na Av. Erasto Gaertner 2.**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; Acervo IPPUC)

Um exemplo de imóvel comercial é onde hoje funciona a loja de Imóveis Di Berton (Figura 58). Construção em alvenaria de tijolos, em tipologia de barracão, an-

tivamente estocava mercadorias que chegavam com a ferrovia. Hoje, o que se consegue ver é a cumeeira do telhado em duas águas - o restante da edificação é tomado por letreiros e painéis de propaganda.

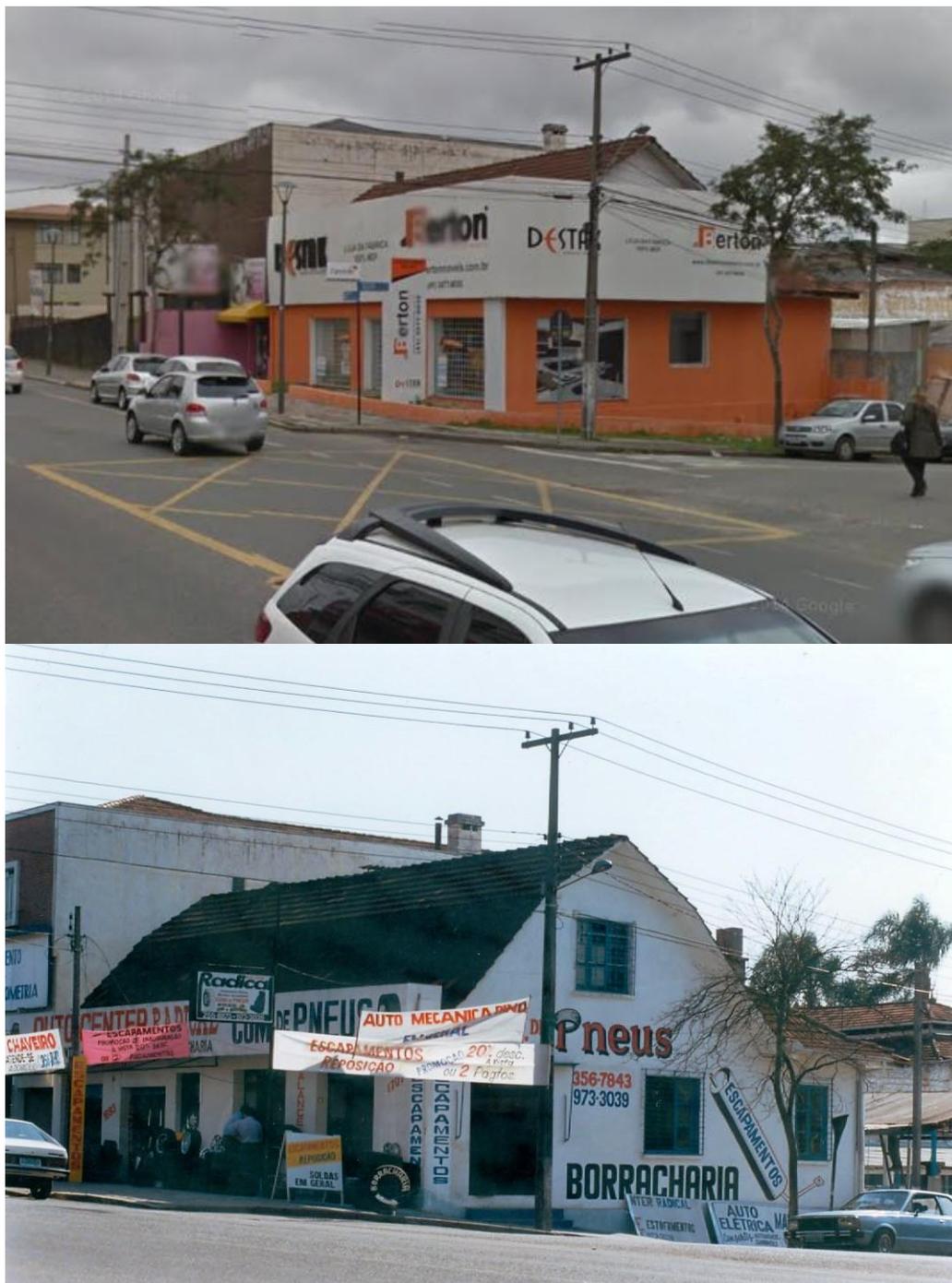
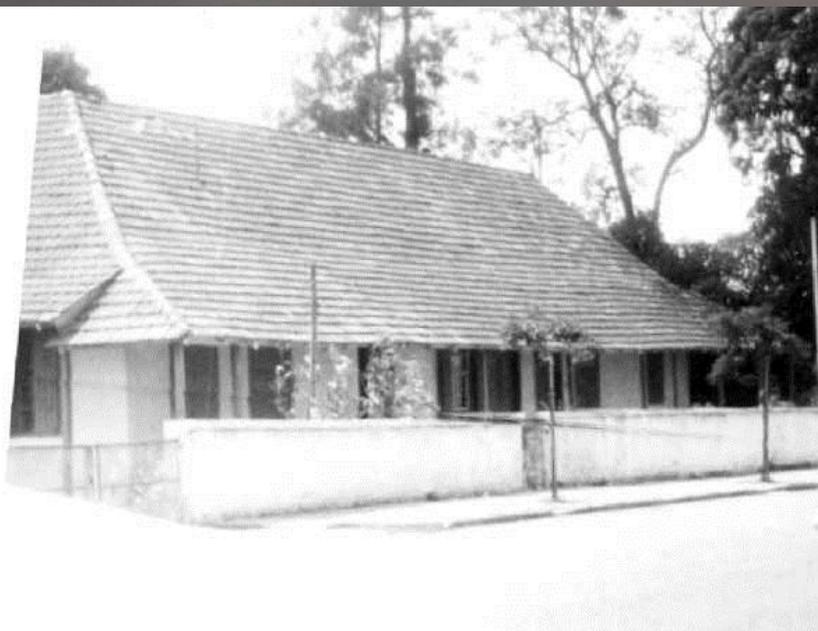


Figura 58 - Di Berton Móveis.  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; Acervo IPPUC)

Tombado em nível estadual, a UIP batizada de Burro Brabo (Figura 59), foi inscrito no Livro do Tombo nº 116 II, em 21 de dezembro de 1992, e hoje pertence a um proprietário privado.

“Foi construída por volta de 1860, ao longo da estrada da Graciosa. É uma das últimas casas com características rurais que tenta sobreviver ao crescimento urbano de Curitiba. Neste local funcionou armazém e pousada para viajantes; também foi prostíbulo conhecido na época como a “Casa das Francesas”. Hoje, sem utilidade alguma encontra-se em estado de arruamento. Cientes da importância histórica, a comunidade do Bairro Bacacheri solicitou seu tombamento para salvaguardar a sua própria história.

Construída em um único pavimento, com técnica mista, alvenaria de tijolos nas paredes externas e estuque nas paredes internas. Possui uma varanda nas fachadas frontal e lateral, com piso de tijolos. Marcante no entanto é a cobertura do imóvel, não só pelas suas dimensões mas também pela sua linha de caimento que se projete sobre as varandas.” (PARANÁ, 2015)



**Figura 59 - Imóvel denominado "Burro Brabo".**  
(Fonte: GOOGLE MAPS, 2015; PARANÁ, 2015)

Além dessas edificações, a COMEC, em 1977, identificou conjuntos de moradias com tipologia rural, e que representavam a influência escocesa (Figura 60) e portuguesa (Figura 61) na arquitetura da região. Apesar de ainda na década de 1970 a Coordenação da RMC já ter apontado para a importância de proteger essas unidades com instrumentos legais, eles não sobreviveram à expansão urbana da cidade.



**Figura 60 - Moradias rurais de influência escocesa.**  
(Fonte: COMEC, 1977)



**Figura 61 - Moradias rurais de influência portuguesa.**  
(Fonte: COMEC, 1997)

A seguir serão apresentados o Mapa 14 com as obras mencionadas mapeadas dentro da área de estudo, e a Tabela 11, com a lista das Unidades de Interesse de Preservação com informações adicionais.

Tabela 11 - Unidades de Interesse de Preservação – Bacacheri  
(Fonte: Decreto nº 2044)

NOME	ENDEREÇO	INS. IMOBILIÁRIA	IF	AREA DO TERRENO	AREA CONSTRUÍDA
-	AV. PREFEITO ERASTO GAERTNER - 1381	35.1.0050.0218.00-6	56.011.010	2.460,00	200,00
-	AV. PREFEITO ERASTO GAERTNER - 1701	35.1.0052.0120.00-8	76.066.011	1.000,00	543,50
-	AV. PREFEITO ERASTO GAERTNER - 659	35.0.0021.0176.00-4	54.052.022	748,00	137,80
<b>IMÓVEL DENOMINADO BURRO BRABO</b>	AV. PREF. ERASTO GAERTNER - 2035	35.1.0055.0470.00-2	76.101.015	9.100,00	624,87

**Mapa 14 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Bacacheri**

#### 4.5.6 Tingui e Atuba

Os bairros Tingui e Atuba têm origem indígena, de uma tribo que aceitava os brancos exploradores de ouro. Às margens do Rio Atuba nasceu a vila onde os primeiros moradores, desbravadores portugueses, de Curitiba, paravam vindo de Paranaguá, após atravessar a Serra do Mar. Como não encontraram o ouro que procuravam, eles seguiram para a região onde hoje estão a praça Tiradentes e o Centro Histórico, e iniciaram o povoado de Vila Nossa Senhora da Luz, que viria a se transformar em Curitiba.

Devido a essa origem, o ramal da Estrada da Graciosa que passava por ali se cercou se uma paisagem mais rural, que sofreu um processo recente de urbanização e de conurbação com o município de Pinhais, mas que, apesar disso, manteve poucos exemplares do estilo de vida outrora vivido.

De fato, a única informação sobre uma edificação que teve algum interesse de preservação foi encontrada no Plano de Preservação da COMEC, de 1977. Foi descrita como uma casa de moradia rural (Figura 62), de um pavimento e sótão, construída em alvenaria de tijolos, cobertura em duas águas e beiral com lambrequins, que na época foi considerada em razoável estado de conservação. Apesar da inclusão da edificação no inventário, ela não foi sobreviveu ao avanço da urbanização.



**Figura 62 - Casa de moradia rural na Av. Monteiro Tourinho.**  
(Fonte: COMEC, 1977)

A seguir será apresentado o Mapa 15 com todas as obras mencionadas mapeadas dentro da área de estudo.

**Mapa 15 - Unidades de Paisagem da Estrada da Graciosa – Tingui e Atuba**

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo busca sintetizar a situação atual da paisagem do trecho urbano da Estrada da Graciosa em Curitiba, com a proposição de algumas considerações preliminares sobre possíveis ações a serem implantadas para a preservação e valorização do objeto de estudo deste trabalho.

### 5.1 SITUAÇÃO ATUAL E AS DIRETRIZES PRELIMINARES DE PRESERVAÇÃO

Pode-se afirmar que a grande parcela do patrimônio arquitetônico atualmente preservado em Curitiba encontra-se localizado na área central da cidade. Tal fato deve-se, em grande parte, à consolidação dessa porção urbana, em boa parte já edificada, portanto menos sujeita à pressão do mercado imobiliário. Além disso, áreas como o Centro Histórico e a rua XV de Novembro são protegidas por legislação de preservação. O valor patrimonial dessas áreas capital é claro para o poder público e para os usuários.

Já nas áreas mais afastadas, percebem-se características opostas às do centro da cidade - a ocupação mais recente, como no caso do Centro Cívico, fez com que o local passasse por transformações significativas, tornando a tarefa de preservá-las mais difícil.

Algumas ações de preservação estão sendo realizadas de forma ainda incipiente, uma vez que a cidade ainda não possui uma lei de tombamento municipal, atualmente em trâmite junto aos órgãos administrativos. Os instrumentos de preservação em vigor são a Lei do Solo Criado nº 6.337/82, que institui as Unidades de Interesse de Preservação (UIP), sob a fiscalização compartilhada entre Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC), Fundação Cultural de Curitiba, Secretaria Municipal Urbanismo e Secretaria do Meio Ambiente; e o Plano de Preservação do Acervo Cultural de Região Metropolitana de Curitiba de 1977, com eficiência questionável, por não se caracterizar como instrumento legal de preservação.

Este trabalho teve como objetivo identificar o trecho da antiga Estrada da Graciosa no traçado urbano curitibano, nela aplicando novos conceitos de preservação

da Paisagem Cultural, a fim de oferecer subsídios para o estabelecimento de futuras diretrizes de preservação para este patrimônio cultural.

O artigo 1º da Portaria IPHAN 127/2009, define Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Embora não se afirme aqui que a Estrada da Graciosa, por si só, possua as condições necessárias para um tombamento nacional, com certeza é uma porção peculiar do território com marcas representativas da história da capital paranaense. Dentre as características mais importantes, podem ser destacadas:

- O caráter de eixo de ligação da capital com as cidades litorâneas que permitiu o escoamento da produção da erva-mate, em uma época de prosperidade econômica;
- A proximidade com o centro histórico de Curitiba, primeiro núcleo de ocupação da cidade, possuindo assim marcas de todas as fases do desenvolvimento urbano, desde a criação da Vila de Nossa Senhora da Luz;
- A existência de diversos imóveis representativos, especialmente de arquitetura eclética, em diversos estágios de conservação.

Com base na reflexão sobre o tema Paisagem Cultural, constata-se que um conjunto tombado só manterá sua autenticidade se houver uma ação que viabilize a permanência das condições diversas que as conformam, e qualquer ação que seja realizada deve ter o apoio pleno do poder público e ser instrumento de promoção social. O presente trabalho busca maneiras de preservar o conjunto material e imaterial, natural e cultural, não apenas e simplesmente a preservação dos bens arquitetônicos isoladamente, mas o seu contexto dentro da paisagem da cidade.

Nesse sentido, as etapas metodológicas para a preservação de uma paisagem cultural em Curitiba dentro dos parâmetros estabelecidos para este trabalho são apresentadas a seguir:

*a) Reconhecimento e levantamento*

Aprofundar o levantamento da paisagem cultural desenvolvida no subcapítulo 4.5, identificando as condicionantes, potencialidades, e deficiências das diferentes

unidades de paisagem cultural curitibana identificadas nos mapas 3 – 9, e assim complementar o entendimento no local e do recorte territorial de estudo.

*b) Plano geral*

Para garantir a preservação de todo o espaço curitibano da estrada como conjunto coeso e interligado, é necessário propor um plano geral para os elementos arquitetônicos e para a paisagem cultural que reconheça e valorize as potencialidades individuais de cada unidade de paisagem, através de estratégias gerais de preservação e desenvolvimento para cada região.

*c) Estabelecer um Plano de gestão da Paisagem*

Elaboração de um plano de gestão e desenvolvimento da paisagem cultural desse recorte de Curitiba que identifique os agentes responsáveis, instrumentos, regulamentações e estabeleça indicadores que auxiliem no controle da preservação do patrimônio.

## 5.2 CONCLUSÃO

A identidade cultural de uma sociedade está intimamente ligada ao conhecimento de sua história e seu simbolismo (MOREIRA *et all*, 2014). Este trabalho discutiu as justificativas e a importância da preservação do patrimônio cultural, apresentando o conceito de Paisagem Cultural como importante ferramenta para a preservação da memória de caminhos históricos. Descreveu-se sobre o patrimônio do trecho curitibano da Estrada da Graciosa, observando o desenvolvimento histórico a partir de unidades de paisagem identificadas, tomando como base os conceitos e metodologias apreendidos na revisão bibliográfica.

O município de Curitiba, pelo fato de possuir grande quantidade de exemplares de edificações de relevância, tanto cultural quanto historicamente, deve agir de maneira a integrar um planejamento de ações com o intuito não somente da preservação as edificações em si, mas na conservação da memória da sociedade local e na criação da identidade da população, estabelecendo uma relação das gerações contemporâneas e futuras com os seus antepassados e sua História.

## 6 BIBLIOGRAFIA

27° BATALHAO LOGISTICO - CURITIBA-PR. Disponível em: <<http://www.panorama.com/photo/22698392>> Acesso em: 02/06/2015.

3º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/objetivos>> Acesso em: 21/04/2015.

AMARAL, Liana Martins do. **Paisagem cultural brasileira: região Sul = Brazilian cultural landscape: South region**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

AS PRIMEIRAS RUAS DE CURITIBA. Disponível em: < <http://curitibaspacespace.com.br/as-primeiras-ruas-de-curitiba/>> Acesso em: 02/06/2015.

BARBOSA, José. **Assim caminha o Paraná**. Revista Panorama, ano XIX, n. 205, p. 39-41, 1969.

BRASIL. Portaria IPHAN 127 de 30 de abril de 2009. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236> > Acesso em: 20/04/2015.

CARDOSO, Flora O. S. **PAISAGEM CULTURAL: permanência e transformação**. Anais do 3º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2014.

CARMO, Julio Cesar Botega do. **Alfred Agache e seu plano para Curitiba: Técnica, Institucionalização e o início de discurso da cidade planejada**. Revista Urbana, v. 4, n. 4, 2012

CARTA DE VENEZA. Adotada no II Congresso Internacional de Arquitetos Técnico dos Monumentos Históricos. Veneza: 1964.

CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Censo 2010 - Análise dos bairros de Curitiba: Densidade Populacional. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarPagina.php?pagina=131>> Acesso em: 25/05/2015

CENSO 2010 – PARANÁ. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_parana.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf)> Acesso em: 25/05/2015

CENTRO CÍVICO. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=301>> Acesso em: 01/06/2015.

Centro de Pesquisa para a Conservação da Floresta Atlântica. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?msa=0&mid=zFzi5G00Klxl.kmtNQZyHx-ZMA>> Acesso em: 21/03/2015.

COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **PLANO DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.** Curitiba: COMEC, 1977.

Cultural Landscape of Sintra. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/723/>>. Acesso em: 19/05/2015

D'ANGELIS, T. S. R. **Morfologia Urbana e Patrimônio: os Caminhos Antigos de Curitiba-PR.** 126 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS. Disponível em: <[http://www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/segundo\\_planalto.htm](http://www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/segundo_planalto.htm)> Acesso em: 02/06/2015.

DUARTE, Marta Gonçalves de Almeida. **O turismo na Paisagem Cultural de Sintra.** 112 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Lisboa, 2010.

DUDEQUE, I. T. **Nem um dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. 1 ed. Curitiba: Editora Studio Nobel, 2011.

GARCEZ, L. A. **Curitiba: Evolução Urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro. Curitiba: 2006.

GEOGRAFIA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/parana/geografia-do-parana/>> Acesso em: 21/03/2015.

GAZETA DO POVO. **Coluna Nostalgia**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/>> Acesso em: 01/06/2015

GEOGRAFIA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/parana/geografia-do-parana/>> Acesso em: 21/03/2015.

GONÇALVES, Josilena M. Z. **A Arquitetura Moderna e o Sesquicentenário de Emancipação Política do Paraná: o Tombamento de Marcos de Referência da Arquitetura Moderna Paranaense**. Curitiba: Docomomo, 2001

IMÓVEL DENOMINADO 'BURRO BRABO'. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=228>> Acesso em: 01/06/2015.

Igrejas de Curitiba. Disponível em: < [http://www.thecities.com.br/Artigos/Brasil/Paran%C3%A1/Curitiba/Turismo/Religioso/Igrejas\\_de\\_Curitiba\\_/>](http://www.thecities.com.br/Artigos/Brasil/Paran%C3%A1/Curitiba/Turismo/Religioso/Igrejas_de_Curitiba_/>) Acesso em: 02/06/2015.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília: IPHAN, 2011. Disponível em <[http://pib.socioambiental.org/anexos/19930\\_20110518\\_093241.pdf](http://pib.socioambiental.org/anexos/19930_20110518_093241.pdf)> Acesso em 15/02/2015.

\_\_\_\_\_. **Notificação de tombamento de edificações do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração**. Disponível em <<http://iphansc.com.br/notificacao-de-tombamento-de-edificacoes-do-projeto-roteiros-nacionais-de-imigracao/>> Acesso em 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. **Paisagem Cultural**. Brasília: IPHAN e DEPAM, 2009.

\_\_\_\_\_. **Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina: Preservação do Patrimônio Cultural**. Florianópolis: IPHAN, 2008.

\_\_\_\_\_. **World Heritage Nomination Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea**. Brasília: IPHAN, 2011

IPPUC. **A cidade que queremos: Regional Matriz**. Curitiba: IPPUC, 2014. Disponível em: < [http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/oficinas/MZ%20-%20A%20CIDADE%20QUE%20QUEREMOS\\_opt.pdf](http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/oficinas/MZ%20-%20A%20CIDADE%20QUE%20QUEREMOS_opt.pdf)> Acesso em: 25/05/2015

\_\_\_\_\_. **A cidade que queremos: Regional Boa Vista**. Curitiba: IPPUC, 2014. Disponível em: < [http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/oficinas/BV%20-%20A%20CIDADE%20QUE%20QUEREMOS\\_opt.pdf](http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/oficinas/BV%20-%20A%20CIDADE%20QUE%20QUEREMOS_opt.pdf)> Acesso em: 25/05/2015

ISIDRO, Elsa. **5 anos de intervenção na Paisagem Cultural de Sintra: Parques de Sintra – Monte Lua, SA**. Anais do Colóquio Lusaflores, 2015.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História (Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. **A paisagem como Patrimônio Cultural: Campos Gerais e Matas com Araucárias no Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

LUCA, Virginia G. de, SANTIAGO, Alina G. **ITINERÁRIOS, PAISAGENS E CAMINHOS: AS COLÔNIAS DE IMIGRAÇÃO E A REGIÃO CARBONÍFERA DO SUL DE SANTA CATARINA**. Fórum do Patrimônio, 2012.

MÄNNICH, Carla. **Centro Histórico de Curitiba: Múltiplas Percepções**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MELO FILHO, D. R. C.; SILVA, P. A.; CARNEIRO, P. O.; CRUZ, A. G.; FERNANDES, P. H. S.; DOMINGUES, B. V. C. **Paisagem como Conceito: As contribuições do XVII ENG e da AAG Anual Meeting**. Anais do 3º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2014.

MOREIRA, Julio Estrela. Título Segundo: Caminho da Graciosa. In:\_\_\_\_\_. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá: até a emancipação da Província do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975. p 260 – 358.

MOREIRA, P.C.; MELLO, C.R.C.; SAAD, D.S. **A valorização do Patrimônio Arquitetônico de Cruz Alta – RS, através dos Significados de sua Paisagem Histórica e Cultural**. Anais do 3º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2014.

MUELLER, Oscar. **Centro Cívico de Curitiba: Um espaço Identitário**. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – PROPAR (Pós-Graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NOSSA HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.graciosa.com.br/sobre/historia/>>  
Acesso em: 02/06/2015.

OLIVEIRA, Gabriel Ruiz. **Diretrizes para Preservação do Itinerário Cultural Ferroviário de Curitiba**. 109 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Os desenhos de Curitiba. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/os-desenhos-de-curitiba-ee64b5kc2zotz1haskcigzyvi>> Acesso em: 28/03/2015.

O PATRIMÔNIO: Legado do passado ao futuro. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>> Acesso em: 19/04/2015.

O QUE É PÁTINA? Disponível em: <<http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-patina/>> Acesso em: 02/06/2015

Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1100>>. Acesso em: 15/05/2015

Rio de Janeiro - Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/sitio-unesco>>. Acesso em: 15/05/2015

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011.** Plano Diretor. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2011.

SANDY, Jardel. **Paisagens Urbanas e Preservação do Patrimônio Cultural: O caso do Rio de Janeiro.** Anais do 3º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2014.

SCHMIDLIN, P. POLINARI, M. MANFREDINI, L. **Trilhas, caminhos e estradas no Paraná: séculos XVI a XIX.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2009. (CADERNOS Paraná da Gene, nº 7)

SILVA, Thaísa de Oliveira. **Midioteca Pública: Uma Reciclagem no Alto da Glória.** 140 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SOUZA, Eliara Beck. **Diretrizes para Preservação da Paisagem Cultural da Colônia Mariental – Lapa, PR.** 166 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

TOMBAMENTO. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17738&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 21/04/2015

UNESCO. **30 anos de boas práticas: Portugal e o Patrimônio Mundial**. Lisboa: LST, 2014

\_\_\_\_\_. **World Heritage papers nº26. World Heritage Cultural Landscapes: A handbook for Conservation and Management**. Paris: UNESCO, 2009.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA: DO CONCEITO À PRÁTICA**. Foram do Patrimônio, 2012.